

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 028

PRESIDENTE - DEPUTADO NATANIEL DE JESUS

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Autoridades presentes, boa-tarde a todos!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater o transporte coletivo dos Municípios de Cuiabá e Várzea grande.

Quero, neste momento, convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Sérgio Ricardo; o Vereador Domingos Sávio, de Cuiabá (PALMAS); o Sr. Tarcísio Bassan, Secretário de Transportes Urbano de Várzea Grande (PALMAS); João Ricardo Borges da Luz, Presidente da ACES-Associação Cuiabana de Estudantes (PALMAS); Marlei de Oliveira Carvalho, Presidente da Associação dos Usuários dos Transportes Coletivos de Mato Grosso (PALMAS); Paulo Rogério Melo Menezes, DCEC-Diretório Central dos Estudantes de Cuiabá (PALMAS); Dr. João Batista dos Anjos, representando o Sindicato Rodoviário de Cuiabá (PALMAS); Sr. Miguel Rodrigues Neto, da UNE-União Nacional dos Estudantes (AUSENTE); Sr. Vandir Aires Pinto, da Associação dos Trabalhadores dos Transportes (PALMAS); Sr. Walter Arruda, Presidente da FEMAB.

Quero registrar também e agradecer a presença das seguintes pessoas que nos honram muito nesta audiência: Sr. Geraldo da Silva Folha, funcionário da Empresa de Transportes Arara Azul; Rone de Pádua, DCE da UFMT; Sr. Paulo César Alves, da Associação dos Transportes de Cuiabá; Sr. Jean Ben Hunt, Consultor Internacional de Logística de Transportes; Sr. João Paulo Amorim Araújo, Associação dos Usuários dos Transportes Coletivos de Mato Grosso; Sr. Rogério Barbosa Gomes, Assessor do STU de Várzea Grande; Sr. Amauri Campos; Professora Izana, aliás, minha professora de CPC na UNIC, muito prazer; Vice-Diretora da Escola do Legislativo, Professora; Sr. Adilson Nike, Assessor da Professora Verinha Araújo, muito obrigado pela presença; Sr. Salvador Almeida dos Santos, Membro da Associação dos Trabalhadores dos Transportes; Sr. Fausto José Antônio, Ex-Presidente do Sindicato dos Motoristas; Sr. Joaquim Pereira dos Santos, Presidente da Associação Unidos pela Terra; Sr. Wilson Roberto Alves, Assessor Jurídico da Associação dos Trabalhadores dos Transportes.

Quero convidar também o Sr. Miguel Rodrigues Neto, da UNI-União Nacional dos Estudantes, para compor a Mesa (PALMAS).

Srs. e Sr<sup>as</sup>, antes de convidar os palestrantes, quero dizer da minha indignação pessoal, da minha indignação pessoal com o transporte coletivo, o descaso que acontece, Deputado Sérgio Ricardo, mais precisamente em Cuiabá.

Vai fazer seis anos que estou em Mato Grosso e nesse tempo vemos a situação do transporte em Cuiabá. Todas as vezes que passamos no Terminal da Bispo... Eu acho até uma injustiça colocar o nome de Bispo Dom José naquele terminal, tendo em vista o nome, a sua envergadura, a importância de Dom Aquino para a Igreja Católica e para os católicos. Colocar um

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

espaço como aquele, inadequado, apertado, sem conforto, que espreme as pessoas todos os dias, todas as horas, que está bastante aquém do nome de Dom Aquino. Eu acho que para homenagear uma pessoa do quilate daquele Bispo, teria que ser um terminal melhor, que atendesse o povo. E acho que era essa a intenção do Bispo, atender bem o povo, e a intenção da Igreja Católica, de assistir bem o seu povo. Então, não podemos dar o nome de uma pessoa tão importante a um terminal tão ineficiente quanto o que temos aqui em Cuiabá.

Estou vendo aqui, e quero convidá-lo para participar da Mesa, o nosso vereador, o mais votado de Cuiabá, também do PMDB como eu, Sr. Walter Rabelo (PALMAS).

E quero dizer da nossa indignação e gostaria que fosse discutido, debatido aqui primeiro o passe livre. É um direito adquirido pelos estudantes e não tem como voltar atrás. Não se pode apenas colocar ou se esconder atrás de uma desculpa.

Eu quero fazer uma alusão à Bíblia, Deputado Sérgio Ricardo. Quando Adão pecou, desobedecendo a Deus, comendo do fruto proibido, ele não sabia que andava nu, nem ele e nem Eva, não havia pecado, não havia maldade, mas quando eles comeram daquele fruto, caiu neles, então, maldade, descobriram que estavam pecando, estavam fazendo uma coisa errada e para se esconder de Deus, foram para trás de umas plantas. Quando Deus o chamou, perguntou: “O que você está fazendo aí?” Ele disse: “Eu estou aqui escondido”. Por que? Porque eu comi daquele fruto.” E ele apareceu cobrindo sua nudez com uma folhinha, uma folhinha de parreira, para cobrir os órgãos genitais, tanto dele quanto de Eva. Tentaram se esconder atrás de uma desculpa.

Nós não podemos aceitar que um direito adquirido, como o passe livre estudantil, passa vir alguém aqui e fazer como Adão, ficar se escondendo atrás da desculpa e tirar esse direito do estudante.

Foi inaugurado recentemente um cursinho pré-vestibular lá no CPA para pessoas carentes, pessoas que não podem pagar um cursinho pré-vestibular, diga-se de passagem, que é muito caro. E eu pergunto, como um aluno que não pode pagar um cursinho vai se deslocar de sua casa até o cursinho se ele não tem o dinheiro também da passagem, se lhe vai ser tirado o direito do passe livre. Então, parece até uma demagogia isso.

Nós queremos aqui discutir sobre esse assunto, queremos discutir também sobre a jornada de trabalho dos profissionais, que muitas vezes ultrapassam 12, 15 horas, sentado ao volante do coletivo. Cuiabá chega a 40° e lá dentro, do lado 50° e mais de 300 motoristas e profissionais da área já estão nos hospitais com problemas por causa da profissão.

Queremos discutir aqui também a respeito da catraca, porque lá no ABC, quando surgiram os primeiros robôs, Deputado Sérgio Ricardo, falava-se que não iria substituir o homem. Vieram os robôs e substituíram o trabalhador. E, com certeza, 1.200 trabalhadores, 1.200 cobradores de ônibus serão dispensados a curto e a médio prazo, substituídos pela catraca eletrônica.

Veja bem. Que os empresários só estão visando lucros, não estão preocupados com o ser humano. E nós, Deputado Sérgio Ricardo, Vereador Domingos Sávio, temos essa responsabilidade sob os nossos ombros de estar aqui lutando por essa gente que um dia colocou essa esperança em nós, votando no nosso nome para representá-los. Então, não poderemos sequer nos esconder e dá uma de Adão, procurar desculpas para não lutar por esse povo.

Então, essa também é a nossa indignação, porque esses cobradores logo vão perder seus empregos e eles têm famílias, são mais de 1.200, têm famílias.

Outra coisa também, que eu gostaria de discutir, são os ônibus, a qualidade de transporte. Nós recebemos recentemente 39 novos ônibus, “novos” entre aspas, foram fabricados agora. Mas não são adaptados para pessoas, por exemplo, deficientes físicas. São antiquados, ultrapassados, não acompanham a realidade do dia-a-dia, porque essas pessoas que andam na

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

cadeira de roda, elas também pagam impostos, como qualquer um de nós. Então, elas também merecem o respeito, assim também os deficientes físicos. Como que o deficiente físico faz sinal para o ônibus, como que ele sabe que é o ônibus dele? Sempre vai precisar de alguém do seu lado para estar dizendo: É este aqui que vai para tal lugar.

Quer dizer essas coisas nos preocupa muito. Nós precisamos ter uma qualidade de vida melhor no nosso Estado, principalmente em Cuiabá, onde que é a vitrine de todos os municípios de nosso Estado.

Então, gostaria de discutir. Gostaria que os srs. palestrantes, que se dispusessem, é claro, que esses assuntos são complexos, nós poderíamos ficar a semana inteira discutindo, mas infelizmente nós temos que nos dispor de pouco tempo e também cansaria muito as pessoas. Então, quero agradecer a presença de todos. E dizer que gostaria de ver esta Casa cheia, porque esse problema não é só meu, é de todos nós.

Agradeço a todos e gostaria de dizer que cada participante pudesse usar de tão somente dez minutos rigorosos.

Era isso que eu tinha para dar início a esta Audiência, e quero deixar aqui registrada a minha indignação quanto ao que eu acho, que são maus tratos que essas pessoas estão vivendo em nossa cidade (PALMAS).

Com a palavra, o Sr. João Batista dos Anjos.

O SR. JOÃO BATISTA DOS ANJOS - Boa-tarde a todos e a todas! Na pessoa do Deputado Nataniel de Jesus cumprimento a Mesa e as demais autoridades presentes.

Transporte Coletivo, tema instigante, Aglomerado Urbano, mais ainda, Passe Livre, que beleza!

Estamos diante de uns temas que a discussão deveria trazer toda a sociedade organizada, os estudantes que se fazem representados, e seria o que é a parte mais interessada nessa discussão.

Eu, particularmente, quero deixar claro que em dez minutos não dá nem para decifrar a palavra Transporte. E quando se trata de transporte urbano de Cuiabá e Várzea Grande, aí nós precisaríamos de mais ou menos uns dez dias. O passe livre, como disse o Deputado, é um direito. Existe uma lei que normatizou isso em Cuiabá, porém em Várzea Grande me parece que não existe uma legislação nesse sentido. E deveria haver uma integração dos dois municípios para implementar e conceber aos estudantes não só de Várzea Grande que estudam em Cuiabá, como de Cuiabá que estudam em Várzea Grande. Isso depende dos Srs. Vereadores, do Secretário de Transporte da nossa Cidade Industrial, Tarcísio Bassan, enfim, fazer dentro do Aglomerado Urbano.

Quanto à jornada de trabalho que é a parte que mais toca aqui, catracas eletrônicas e jornada de trabalho, eu tenho a dizer aos senhores, em nome dos trabalhadores do transporte, que isso é uma luta desde 1995. Instituímos, na época, um adicional de penosidade, porque foi comprovado que a jornada de trabalho do motorista trabalhador era uma jornada de trabalho penosa. No decorrer do tempo, esse adicional de penosidade foi excluído do patrimônio dos trabalhadores.

A luta pela jornada de seis horas tem sido constante. Eu lembro sempre os bancários, e o Dilemário fez parte por muito tempo, que demorou trinta anos para instituir a jornada de trabalho. Mas só que nós vivíamos um estado totalitário naquela época, vivíamos na ditadura, de 33 a 64, foi quando os bancários conseguiram instituir jornada de seis horas.

É obvio que agora, com mais facilidade, com os Poderes abertos aos debates, como a Assembléia Legislativa, como a Câmara de Vereadores não tem medido esforços para discutir a questão dos motoristas e cobradores, torna-se mais fácil.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A catraca eletrônica, realmente, é um monstro. Ela é um monstro. Mas depende de que lado olhamos para esse monstro. Vamos acompanhar a evolução? Vamos. De que forma? Aí, Deputado, mantendo o cobrador ao lado da catraca eletrônica, como ocorre nas grandes capitais. Não podemos chegar aqui e já trabalhar a idéia de já excluir esses mil e duzentos pais de famílias. Ninguém é obrigado a pagar com cartão eletrônico. Inclusive, o Sindicato dos Trabalhadores estão pregando isso: “Não comprem o cartão eletrônico, porque não está funcionando a contento”. Aquela máquina jamais substituirá o homem. Ela pode melhorar as condições de trabalho do cobrador, mas substituí-la, nunca!

Então, aqui, em nome do Sindicato, estamos pedindo que a discussão passe por aí, que dê oportunidade a quem vem a Cuiabá, que o usuário que escolha a forma de pagamento, porque senão estaremos criando uma moeda, e tem que deixar espaço para pagar em dinheiro.

E quando aquela máquina não funcionar, o que o usuário vai fazer com o cartão, como é o caso que já temos notícias de pessoas que já perderam o crédito e têm que recarregar? Então, o Sindicato contesta a possibilidade de substituir os cobradores pela catraca eletrônica.

Quanto à manutenção, isso é possível. Por quê? Porque isso é banalização da função, é precarização da função. Quer dizer que o datilógrafo de antigamente poderia ter sido extinto com a chegada do computador, como muitas outras profissões que vieram, que estão aí em ênfase, mas com equipamentos modernos.

Então, Sr. Deputado e membros desta Mesa, o Sindicato vem aqui e deixa como proposta para resolver tudo isso, aí Srs. Vereadores, instituem uma empresa pública municipal de transporte coletivo, com no mínimo quarenta veículos, aí sim vocês mensurarão todo o sistema. A partir do momento que você medir o sistema o você sabe dizer o que é viável ou não.

E só esse debate não vai resolver os problemas, não só dos usuários como dos trabalhadores. Mas se tiver uma empresa pública municipal, Vereador Domingos Sávio, com o lucro dessa empresa, que vai se estabelecer através da tarifa, nós construiremos uma escola pública por mês. Isso o Sindicato dos Trabalhadores garante. Nós só pedimos desculpas pela forma de expressão. Eu tomei conhecimento que tinha que me manifestar aqui hoje. Eu estava me preparando para a reunião do dissídio coletivo. E até para não desvirtuar muito, eu já peço licença à Mesa para ir até o TRT, à sessão de conciliação, onde, com certeza, estaremos mais uma vez atendendo aos reclames da sociedade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Gostaríamos que vocês nos deixassem a par do desenrolar da reunião no TRT.

Eu gostaria de registrar a presença e convidar o Vereador Francisco Vuolo para fazer parte da Mesa (PALMAS).

Convido o Presidente da UCAMB, Sr. Édio Martins, para fazer parte da Mesa (PALMAS).

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Boa-tarde, Deputado Nataniel de Jesus. Parabéns pelo pedido desta Audiência Pública.

Em seu nome, cumprimento os demais membros da Mesa, nobres Vereadores, movimento comunitário aqui presente, o Sr. João, os cidadãos aqui presentes, os estudantes.

Eu queria começar dizendo que fui candidato a vereador no ano de 2000 e uma das bandeiras que eu defendia em praça pública, nos palanques, era o passe livre. Com a apresentação do projeto do Executivo, tratando da instituição do passe livre, em 2003, eu votei favorável. Então, eu votei pelo passe livre dos estudantes. É lógico que... Foi em 2001. Exatamente. Eu me elegei em 2000. Em 2001, foi a votação e eu votei favorável à instituição do passe livre.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E também como advogado, uma das primeiras coisas que nós aprendemos na faculdade é que direito adquirido não se pode mais perder. A primeira vez que eu vi o direito adquirido ser desrespeitado foi exatamente no atual Governo, quando da taxaçoão do aposentado e do inativo. E ali eu comecei a me preocupar, porque quando se quebra uma regra tão importante, você começa a ficar preocupado com o que vem pela frente.

Então, o que eu vejo aqui é o seguinte: está instituído o passe livre para o estudante. Depois, outras categorias, seja antes, seja depois, foram conseguindo o passe livre, o policial civil, o policial militar, os presidentes de bairros, enfim, outras categorias. Eu entendo que isso tudo é direito adquirido e não se pode voltar atrás, nem no passe livre do estudante e nem no passe de outras categorias que o adquiriram.

Eu tenho acompanhado as discussões e dizem o seguinte: há o passe livre. Quem paga a conta? Eu quero deixar bem claro aqui que no meu entender não adianta mais ficar discutindo o que passou, o que ficou, ou que deixou de acontecer, quem deixou de fazer, quem deixou de cumprir. O importante é o que vai acontecer daqui para frente. Então, eu sugiro e já coloquei isso na tribuna, que se assuma as responsabilidades. Eu vejo o prefeito de Cuiabá dizer que a dívida com as empresas é astronômica e que ele jamais vai conseguir pagar. Nunca se pagou e não vai pagar. Eu acredito que não vai pagar mesmo, que nunca mais vai pagar. E essa dívida continua crescendo.

Primeiro, direito adquirido não se deve perder e tem que se lutar com todas as armas possíveis para que ninguém perca direito adquirido.

Mas nós temos que começar a nos preocupar com, e foi isso que coloquei recentemente na tribuna desta Assembléia, outros poderes também assumirem, outros poderes começarem a assumir também as responsabilidades.

Por exemplo, o estudante do Estado. Eu acho que o Estado é quem tem que pagar o passe. O Policial Civil, o Policial Militar, eu entendo que o Estado é quem teria que assumir a responsabilidade.

Entendo que o que é do poder municipal, o passe livre dos estudantes do município de Cuiabá, ou de Várzea Grande, que ainda não foi instituído o passe livre lá, mas que a prefeitura assuma. Não há como discutir a dívida que já foi, o que já se investiu até agora, ou que se gastou e não se pagou. Mas acredito que o importante é discutir daqui para frente, porque não adianta se perder tempo. Eu já fui em várias reuniões, e fica-se perdendo tempo com o que está devendo, que não tem o que pagar. Eu acredito que não vai pagar mesmo. Agora, eu acho que assumir a responsabilidade daqui para frente...

Concordo, por exemplo, que a prefeitura não pode assumir passe livre do estudante do Estado, do Policial Civil, do Policial Militar.

Então, acredito em dividir as responsabilidades, mas vou continuar defendendo e temos que defender, Deputado Nataniel de Jesus, direito adquirido.

Outras questões. Eu vi o cidadão aqui falar da empresa pública. Isso eu venho pregando há muito tempo.

Nós temos no Rio Grande do Sul a CARRIS, que é uma empresa do município e já ganhou quatro vezes o prêmio de melhor empresa brasileira no transporte coletivo. Ela é uma empresa. Ela tem os seus ônibus e nem por isso as empresas particulares deixam de atuar.

Aqui a prefeitura teria a sua empresa e as outras empresas continuariam funcionando normalmente. Porque, a partir do momento que o município tem uma empresa, é o município, é a prefeitura que vai fazer a planilha de custo da passagem.

Eu sempre digo que hoje, o que acontece é que são as raposas que cuidam do galinheiro. E quem faz o preço da passagem do transporte coletivo são os donos das empresas de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ônibus, e são eles que definem. E é assim! Se está certo ou está errado, isso vem acontecendo e é assim que acontece.

A partir do momento em que a prefeitura tem a sua empresa, é a prefeitura que começa a definir a planilha, quanto é que a passagem tem que custar. Porque a planilha, como é que ela funciona?

Apresentam lá para o prefeito um custo do pneu, do combustível, do desgaste do motor, do aumento dos salários. É assim que eles calculam a planilha. Mas quem passa todas as informações são os proprietários das empresas.

De repente essa passagem é esse o preço que tem que ser. Tudo bem. Mas que seja o cálculo feito pela prefeitura, pela empresa da prefeitura.

Então, há muito tempo estive no Rio Grande do Sul, visitei a CARRIS.

Quero dizer o seguinte: Eu tenho lá no meu programa de televisão, todo dia recebo reclamação de que os ônibus não cumprem os horários, não tem ônibus na linha, as pessoas ficam duas a três horas esperando ônibus. Sempre o mesmo problema.

Quer dizer, a partir do momento em que tiver uma empresa do município, a fiscalização é melhor e o trabalho dentro das linhas é rigorosamente cumprido. Então, é uma idéia interessante.

O que estamos discutindo aqui, hoje, Deputado Nataniel de Jesus, é uma série de situações que temos que pensar no amanhã, na Cuiabá do futuro e na Cuiabá daqueles que também que podem estar perdendo o direito adquirido daqui a alguns dias, hoje, amanhã. Então, temos que pensar num conjunto todo. Porque o transporte coletivo sempre foi problema.

Lembro-me que eu defendia lá, quando fui candidato, ônibus com ar-condicionado. Quem lembra da minha campanha, foi uma campanha muito de rua mesmo, eu defendia o ônibus com ar-condicionado. E acho que ônibus, hoje, com ar-condicionado, não é privilégio, não. É obrigação de qualquer empresa, principalmente numa cidade como a nossa.

Dentro de um ônibus a temperatura chega a 60°. O cidadão que pega o ônibus do Pedra 90 e vem para o centro chega um momento, às duas horas da tarde, que a temperatura dentro do ônibus chega a 60°. Não é só para quem está perto do motor, não é só para o motorista. Então, isso aqui é para quem paga a passagem, tem que ser um benefício em todos os ônibus. Mas nós já temos alguns ônibus com ar-condicionado. Então, passa pela exigência da frota.

Ao mesmo tempo em que aqui em Cuiabá nós temos ônibus com ar-condicionado, temos ônibus que circulam por aqui e em Várzea Grande – e está aqui o Secretário de Transporte de Várzea Grande - ônibus caindo aos pedaços, ônibus que são um perigo para a população que utiliza o transporte coletivo. Então, passa por todos esses problemas.

Quando se vai falar do funcionário lá... É justo - quando assaltam um ônibus - cobrar o que foi roubado do cobrador e do motorista? Tem cabimento? Foi o motorista e o cobrador que causaram o assalto? Foram eles? Eles têm culpa pelo assalto? Mas é assim que acontece! É cobrado do motorista.

Então, eu acho que as discussões têm que ser do que vai acontecer daqui para frente. São ações e atitudes com hora marcada. Tem que saber o que vai se fazer daqui para frente, para que esta Audiência Pública não seja apenas um discurso e fala sobre tudo aquilo que todos já sabem. O que eu estou falando aqui todos já sabem, o que o Deputado Nataniel de Jesus falou todos já sabem, o que todos vão falar aqui, todos já sabem, todos já ouviram falar.

Esta semana nós discutimos o fim dos recursos do BID/Pantanal e eu disse a mesma coisa. Não adianta ficar discutindo o que passou ou quem deixou de fazer, é o que vai se

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

fazer daqui para frente. E nós já tomamos uma série de atitudes, vamos fazer uma marcha para Brasília, vamos cobrar lá do Governo Federal a continuidade do Programa BID/Pantanal.

E diria aqui também, Deputado Nataniel de Jesus, para ver o que é que nós vamos fazer daqui para frente. O passe livre vai acabar? A Prefeitura vai continuar assumindo? Porque pagando, nunca pagou e nem vai pagar. Então, o que fazer daqui para frente, mas cobrando ações reais, senão essa vai ser mais uma audiência parecida com aquelas reuniões que vem tendo há tanto tempo e a coisa não sai do papel.

Então, na realidade, é começar buscar responsabilidades, é começar convencer outras pessoas a assumirem a responsabilidade. Eu digo o seguinte: Até nós vamos fazer isso aqui na Assembléia, procurar o Governo do Estado para que o Governo do Estado possa dar a sua parcela de contribuição para o passe livre do estudante da rede estadual, do policial civil e do policial militar. E acho importante que eles não percam o passe livre, o policial militar e o policial civil. Acho que há uma dificuldade de movimentação... Quantas vezes vemos carro da polícia sem combustível.

Então, eu acho que essas situações, nós temos que buscar encaminhamentos. Encaminhamentos reais e possíveis, porque senão a gente só vai ficar falando, falando, falando e nós nunca iremos chegar alugar nenhum. Então, nós temos que pensar no contexto geral do transporte coletivo.

Recentemente, apresentei aqui o projeto para a criação da região metropolitana, incluindo Cuiabá, Várzea Grande e os municípios que fazem divisa com Cuiabá e Várzea Grande. O que é região metropolitana? É a administração compartilhada. É nós começarmos a administrar todos os problemas dessas duas Cidades, principalmente, Cuiabá e Várzea Grande em conjunto. Administrar a saúde, a educação, o transporte coletivo, todas as situações em conjunto.

Já existem trinta regiões metropolitanas pelo Brasil. Onde existem essas regiões metropolitanas, elas nascem porque é nessas regiões metropolitanas que estão os maiores problemas. Mato Grosso tem dois milhões e meio de habitantes, na região metropolitana que inclui o meu projeto, que é Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio, Acorizal, Jangada, nessas sete cidades estão 30% dos habitantes de Mato Grosso. Então, é aqui que se concentram todos os problemas, inclusive, o do transporte coletivo.

Então, gente, esta Audiência Pública tem que ser propositiva. Ela tem que ser propositiva porque senão nós vamos ficar aqui só relembrando, refalando, falando de novo, mais uma vez sobre os problemas que todos nós já conhecemos. Então, eu acho que esta Audiência Pública tem que ter algumas propostas. O que fazer daqui para frente. Quem procurar para que nós possamos ter uma solução dos problemas que estão surgindo, que é a razão desta discussão aqui hoje. Muito obrigado pela atenção (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Obrigado, Deputado Sérgio Ricardo, fazendo também suas colocações.

É claro que nós não podemos ficar só no blábláblá, porque a sociedade num modo geral já está cansada de tanto blábláblá, não é Deputado Sérgio Ricardo? Nós precisamos, realmente, tomar atitudes e atitudes cabíveis. É necessário ir até o Governador, nós vamos até o Governador, nós vamos brigar pelo passe livre, é um direito adquirido, se perder esse direito vai abrir aqui um precedente e outras pessoas, quer dizer, leis serão retroagidas, leis vão perder o seu valor, o seu vigor e daqui a pouco o que vai ser das leis? Vai fazer a lei, o Parlamentar, o Legislador faz uma lei e daqui a pouco a lei está lá fictícia, mas não tem valor, não tem força nenhuma. Então, é importante nós lutarmos pelo direito adquirido.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Queremos registrar também a presença da nossa querida Professora da UNIC, a Danuza, que também faz parte da Escola do Legislativo. Muito obrigado pela presença da Sr<sup>a</sup> Digníssima Diretora.

Também eu quero aqui registrar que o Secretário Municipal Emanuel Pinheiro, Secretário de Transportes de Cuiabá, ligou agora para a assessoria, dizendo que está com um problema sério em um acidente. Está resolvendo o problema, mas ele ainda vai passar aqui pela nossa audiência pública. Ficaremos aguardando.

Vamos pedir também, porque nós temos mais umas quinze pessoas inscritas, e se cada um levar dez minutos, nós vamos sair daqui lá pelas nove horas da noite, que a fala seja reduzida. Vamos reduzir para cinco minutos. É claro que dez minutos, às vezes, não resolvem; cinco, menos ainda, mas é importante que cada um deixe aqui sua indignação, deixe aqui o seu registro. Quero convidar para fazer uso da palavra o Sr. Vandir Aires Pinto, Presidente da Associação dos Motoristas Profissionais das Empresas de Mato Grosso. O senhor dispõe de cinco minutos.

O SR. VANDIR AIRES PINTO - Boa tarde a todos os presentes, autoridades, eu estou aqui em nome da Associação dos Trabalhadores do Sistema de Transportes de Carga e Passageiros do Estado de Mato Grosso. E é uma iniciativa muito boa do Deputado essa audiência aqui. A partir daqui nós começamos a ter direito a palavra. Ela nasce da palavra, cai no papel e depois nós vamos cunhar em realidade.

Falando em passe livre, foi uma coisa muito bonita quando foi feita. Eu queria fazer um comparativo para vocês: eles fizeram primeiro a criança e agora estão caçando o pai. É mais ou menos isso. Quem é que vai pagar a conta? Então, eu compararia hoje o passe livre assim: fizemos a criança e agora vamos caçar um pai para ela. Então, enquanto caçamos o responsável, e ele não aparece...

Sabemos também que representamos uma Associação de Trabalhadores de Transporte, mas também tem um patrão que se encarrega. Então, ele tem essa conta, ele tem os seus gastos. Não é que eu esteja aqui o defendendo, mas eu vi que a Prefeitura vai pagar a parte do Município, que ela se dispõe. Eu li no jornal que o Governador Blairo Maggi não se dispõe a pagar a parte do Estado. Eu não sei se o Presidente Lula vai se disponibilizar a pagar a parte do pessoal da Federal. Enquanto isso, as empresas vão fazendo aquele pacote de dinheiro acumulado. É o que eu coloquei: Fizeram uma criança e hoje estão procurando um pai. Não é desqualificando, mas que fique registrada uma proporção.

Em nome dos trabalhadores hoje houve uma Audiência Pública, e o vereador Vicente Vuolo estava presente, foi muito importante para o transporte. Eles reivindicam hoje, a categoria do transporte coletivo, seis horas. Porque é uma questão de vida ao trabalhador do transporte. Nós estamos com a doutora que nos dá assessoria jurídica e sabemos que já passamos de centenas de motoristas mutilados. Nós temos companheiro aqui com pino de platina nas costas, que é uma coisa absurda.

Eu até gostaria que o Salvador trouxesse o seu raio-x só para eu levantá-lo, porque daí os Senhores verão de que jeito são os pinos que ele tem nas costas. Hoje, o transporte coletivo é uma mutilação.

Então, se eles reivindicam seis horas é uma questão de condições de vida que estão pedindo. Porque hoje eles falam que são sete horas e vinte minutos, mas aí o motorista da tarde não vem e ele toca outras seis horas e vinte minutos, com sete horas e vinte minutos são...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Olhem, aqui, só de olhar no rumo da luz dá para ver de longe os pinos que ele tem na coluna. Dá para verem daí? Olhem dentro da coluna. Isso nos causa uma indignação muito grande.

Eu faço questão que passe pela Mesa e que fique à disposição para todos olharem. É uma mutilação do companheiro no transporte coletivo hoje. Na hora que ele se aposentar, ele não vai ter lazer para proporcionar à família porque é um inútil.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Companheiro, o Deputado Sérgio Ricardo quer saber se ele está afastado ou se ele continua trabalhando.

O SR. VANDIR AIRES PINTO - Ele afastou, aposentou e hoje ele não pode pegar nas mãos mais do que um quilo de peso, porque compromete toda a sua coluna. Inclusive, será apresentado um dissídio coletivo hoje, que será julgado. Começará em uma sessão, agora, às 16:00 horas. Então, esse é um documento que nós, pela Associação, vamos fornecer ao Sindicato, de que somos solidários à luta do Sindicato na questão das seis horas. Então, isso é uma questão de vida (PALMAS).

Aí as pessoas vão olhar assim...O que é o transporte? As pessoas não têm noção de que o motorista levanta, entre 03:30 e 4:00 horas, pega a manobra e só quando ele começa a trabalhar às 06:00 horas que ele começa a ganhar. Aquele tempo que ele ficou se deslocando, ele já está andando, já está acordado, quando começa a trabalhar vai até as 14:40 e se o próximo motorista não vem, ele estende o horário.

Vou pedir mais dois minutinhos só para complementar.

Estende mais um turno. Eu faria uma comparação. Se nós hoje... Vocês da platéia me perdoem, desculpem a palavra, a expressão que vou usar. Se colocarmos um burro que é mais forte numa carroça às quatro horas da manhã até as oito horas, trabalhando durante uma semana, na segunda semana ele está aleijado, não agüenta carregar peso. E o motorista hoje faz esse trajeto.

Então, eu gostaria que ficasse registrado para as autoridades, para a platéia, que quando vocês pegarem um motorista dando um tranco no ônibus, meio nervoso, não é porque ele está despreparado. Ele é qualificado para aquilo, só que a condição dele, o neurótico dele... Isso ataca o coração, as hemorróidas, porque ele vai ficar exposto ali, no quente, quanto tempo? Ele tem um tempo curto para fazer a viagem e o Poder público hoje, principalmente o secretário de transporte... Tem coisa que o Poder público pode interferir, sim. Por exemplo, nós não vamos conquistar seis horas lá. A justiça determina que nós não a atinjamos. Mas que colocássemos uma questão para reduzir a jornada de horário, dentro de um básico. Deixe-me ver como eu compararia... Hoje, a empresa restabelece a frota, não pega carro zero. Os ônibus lá fora rodam quatro anos e depois não podem rodar mais, porque tem que ter uma qualidade para o trabalhador e para o usuário do sistema. Aqui não. Depois que esses ônibus ficam encostados lá, que rodaram quatro anos, as empresas daqui vão restabelecer a frota buscando esses que já são considerados carroças para os outros. Dão um banho de tinta e está a nossa população se servindo desse sistema.

Então, o Poder público, o Legislativo deveria pôr uma emenda que para substituir o transporte hoje seria com ônibus zero-quilômetro. Já seria um avanço, com motor traseiro e com ar-condicionado, para proporcionar uma melhor qualidade de transporte, qualidade de vida, para quem usa e paga pelo sistema.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Só uma curiosidade que eu tenho. Cada motorista tem um tempo para fazer uma viagem? Quer dizer, do Pedra 90 à Estação Bispo, ele tem um tempo para cumprir, para vir e voltar?

O SR. VANDIR AIRES PINTO - Positivo. É nisso que o Poder público pode interferir. Por exemplo, ele tem, vamos supor, uma hora e vinte minutos para fazer esse trajeto, para

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

vir ao centro e voltar. Aí ele tem que se servir dessa hora e vinte para trazer o pessoal com qualidade e voltar. Se não for suficiente, ele não pode ir ao banheiro. Ele tem que ficar com as suas condições, com a sede, segurar e vim de novo, porque se ele parar e for, já está atrasado, os fiscais dão uma canetada e ele perde o serviço (PALMAS).

Segundo, o Poder público, hoje, poderia interferir assim... É que o povo, hoje, não faz o cálculo do tanto que atinge. O Poder público, hoje, na qualidade da Secretaria de Transportes... Temos, hoje, um representante, acho que de Várzea Grande. O Emanuel Pinheiro não está aqui, mas ele vai se fazer presente, eu ouvi. O que o eles poderiam fazer? É uma hora e vinte minutos, aí eles criam mais cinco, seis semáforos, quebra-mola, aumentam ponto de ônibus e fazem o quê? Eles vão lá e reduzem de uma hora e vinte minutos para uma hora e quinze, uma hora e dez minutos, e vai encurtando. Eles fornecem um ônibus melhorzinho e exigem mais dele. Então, isso ocorre. Aí cada vez, quem que perde? É o pessoal que está sendo transportado. Eles vão perdendo a qualidade, porque o motorista vai trabalhar naquele estresse. Ele tem que cumprir o horário, tem que olhar o trânsito, está um engarrafamento. Então, ele trabalha neurótico.

Então, queria colocar essa indignação em nome da classe de trabalhadores do sistema de transporte. Como eu coloquei ali, mostrei para vocês aí, é uma situação comprovada de que as autoridades, e que fique isso na consciência... Às vezes, hoje, o pessoal pensa: por que o motorista está abrindo mão do salário, querendo só a redução da jornada? Porque ele está querendo viver. Ele quer ter vida e um lazer com a sua família. Fica registrado isso. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Qualidade de vida não é só salário. Qualidade de vida não significa só salário. O pessoal tem que ter condições reais, condições de trabalho decente, não como o companheiro lá que precisou colocar pino na coluna.

O SR. VANDIR AIRES PINTO - Gostaria de registrar que eu vou fazer a minha retirada, porque eu vou levar estes documentos aqui.

Eu queria agradecer a toda essa platéia maravilhosa, as autoridades que estão aqui, porque eu sei que hoje nós tivemos direito à vez e voz aqui diante de todos os senhores. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Nós é que agradecemos a sua presença, Sr. Vandir. Nós é que agradecemos pela sua fala, pela sua presença em defesa dos trabalhadores. E pode contar com esta Mesa. Com certeza, esta Mesa estará batalhando nesse sentido.

Com a palavra, o Sr. Domingos Sávio, Vereador de Cuiabá.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Em primeiro lugar, boa-tarde a todos e a todas aqui presentes, Deputado Nataniel de Jesus, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa.

Quero parabenizá-lo por esta Audiência Pública de extrema importância para a qualidade da CPI do Transporte Coletivo aqui na Capital.

Já que o tempo é um pouco curto, nós temos muitas pessoas para falar também, eu só quero fazer umas colocações bem rápidas aqui.

Primeiro, quero dizer, Deputado, que todo esse movimento, todo esse apoio que nós estamos tendo, temos que focá-lo em cima de uma coisa, em primeiro lugar. O que é? É não deixar que se fale em reajuste da tarifa do transporte coletivo e também em derrubada da concessão do direito do passe livre enquanto não terminar essa CPI implantada lá na Câmara Municipal de Cuiabá, senão, Deputado, infelizmente, tudo isso vai por água abaixo. Essa CPI foi implantada com o fim de abrir essa caixa-preta, colocar à tona tudo que se passa por trás do transporte coletivo na Capital. E também no término dessa CPI, tentaremos mostrar para a sociedade cuiabana a planilha

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

de custo, como é feita, os valores da planilha de custo, enfim, o contrato das empresas com a Prefeitura Municipal que, segundo declarações do próprio Secretário Emanuel Pinheiro, sabemos que não está sendo cumprido no que se diz respeito... O Deputado Sérgio Ricardo já saiu... O Deputado Sérgio Ricardo tinha colocado aqui com relação aos ônibus, 80% dos ônibus têm que ter ar-condicionado. Essa é uma lei aprovada na Câmara Municipal de Cuiabá. E tem também uma porcentagem, parece-me que de 20% ou 30%, de adaptação para deficientes. Essa é uma lei e não está sendo cumprida pelas empresas.

Nós sabemos, com relação à frota, que é uma frota antiga. Até o Secretário Emanuel Pinheiro falou que está fazendo uma adequação, uma readequação nas empresas para estarem se adaptando ao contrato.

Então, sabemos que acontece isso. Não adianta nada toda essa mobilização, toda essa CPI, que foi histórica, Deputado Nataniel de Jesus, a primeira CPI implantada na Câmara Municipal de Cuiabá, ainda bem que foi uma correção muito importante, que é a correção do transporte coletivo.

Nós temos aqui o Vereador Walter Rabelo presidindo a CPI; Vereador Luiz Poção, como Relator; eu, Vereador Domingos Sávio, como membro. Então, não adianta nada toda essa mobilização nossa se no meio da CPI, no meio dessa discussão, se cassa o direito dos estudantes que é do passe livre e também tenhamos aí a população de Cuiabá tendo aumento na tarifa, tudo vai por água abaixo.

Sabemos que depois que sobe, meu amigo, para voltar, para derrubar de novo, é difícil. Então, o que nós queremos com isso? Queremos mostrar para a sociedade cuiabana como é feito, como está o transporte coletivo aqui na Capital. Nós já encaminhamos ofício solicitando documentação da MTU, da SMTU e da Secretaria Municipal de Finanças, para que a partir daí possamos dar início ao processo de investigação nos documentos da Secretaria, da MTU e da SMTU.

Então, o Vereador Walter Rabelo vai poder falar alguma coisa para vocês sobre isso.

O Prefeito Wilson Santos falou uma coisa extremamente importante, que o transporte coletivo na Capital é como se fosse um item da cesta básica, o trabalhador sem ele não trabalha. A grande maioria do trabalhador, Deputado, se não tiver o transporte coletivo, como ele vai trabalhar? Cuiabá, hoje, já não é aquela cidade de vinte anos atrás. Cuiabá cresceu e muito, hoje. Quantos trabalhadores que moram no Pedra 90 e trabalham no CPA ou vice-versa? Que trabalham no centro da cidade, dependem única e exclusivamente do transporte coletivo? Tanto é que nessa última greve que teve dos motoristas, foi um caos a cidade! O número de veículos circulando aqui na região central em horário do *rush* ninguém conseguia andar! É simplesmente um caos no transporte aqui.

Então, o transporte coletivo é um item da cesta básica. Eu defendo essa contrapartida do Estado, e acho que nós temos que sensibilizar o governador e até mesmo o governo federal. Defendo muito essa contrapartida porque a gente sabe que o custo é alto.

Tem uma outra informação, que eu estive participando de uma reunião lá na FIEMTEC, com relação às dívidas, Deputado, a prefeitura deve para as empresas de transportes coletivos, 26,8 milhões de reais. Aí nós tivemos lá uma notícia, isso já está noticiado nos jornais, que as empresas de transporte coletivos devem 27,5 milhões de reais para a prefeitura. Portanto, as empresas de transportes coletivos, segundo o Secretário de Finanças, José Bussiki, devem mais para a Prefeitura do que a Prefeitura para com as empresas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, era isso que a gente quer colocar, nosso tempo está curto, e dizer também a vocês que todo e qualquer documento que vocês tiverem, idéias, denúncias encaminhem para a CPI. Lá nós temos uma sala, a sala das Comissões, que está lá à disposição de vocês para estar recebendo toda e qualquer documentação, denúncias, idéias, questionamentos. Nós estamos lá na Câmara Municipal para estar recebendo isso. O que vocês puderem estar encaminhando para a gente vai ser de grande valia para que possamos estar anexando nessa CPI.

No mais, eu quero agradecer essa oportunidade, parabenizar o Deputado Nataniel, dizer que a Câmara Municipal está de portas abertas para essa discussão e, se Deus quiser, vamos terminar essa CPI não deixando que derrubem a questão do passe livre. E, se Deus quiser, nós vamos conseguir mostrar que a planilha de custo não há porque subir, Deputado, o preço da passagem aqui na Capital, até porque mostramos uma tabela da NPT, onde mostra que Cuiabá é uma das cidades com maior tarifa no transporte coletivo na capital, e, caso a tarifa vá para dois reais, não dois e vinte e cinco, vá para dois reais, Cuiabá vai ser a Capital mais cara se igualando com São Paulo.

Então, não tem porque, e não serão os estudantes que vão ter que pagar pela má administração do dinheiro público. Muito obrigado e boa audiência pública. Eu também preciso me retirar, peço licença e estamos lá à disposição de vocês. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Eu sei que os Deputados, o Sérgio Ricardo que estava aqui conosco, os Vereadores também têm outras atividades, também tão importante.

Eu quero deixar aqui, contar com a colaboração, participação dos Deputados e Vereadores e fazer um encaminhamento ao senhor Governador, e gostaria de fazer isso mais com a autorização dos Vereadores, do Walter, do Sávio e do Vuolo, se isso for possível.  
(NESTE MOMENTO, ALGUÉM DA MESA PERGUNTA: TEM ALGUM PARTICIPANTE DO ESTADO?)

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Não, não tem nenhum representante do Estado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Deputado, eu até peço dois encaminhamentos. E acho que a questão do Governador é extremamente importante, mas acho que nós também precisamos ir até o Prefeito Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Com certeza.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Para sensibilizá-lo, vamos fazer a CPI, os Deputados pedir que não se fale nessas duas questões, com relação ao passe livre e com relação ao aumento, enquanto não terminar a CPI dos transportes coletivos.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Eu gostaria de saber se posso contar com os senhores Vereadores? Então, nós vamos fazer esses dois encaminhamentos tanto ao Prefeito quanto ao senhor Governador.

Então, eu quero agradecer Sávio, sei que Vossa Excelência tem que sair. Mas eu quero lhe agradecer, de coração, em nome de todos os trabalhadores, representantes, da população de Cuiabá e, também, porque não dizer, de Várzea Grande.

Eu quero convidar para fazer uso da palavra, o vereador Walter Rabelo.

O SR. WALTER RABELO - Boa-tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Estadual Nataniel de Jesus.

Bom, eu acho que falar do passe livre, falar do transporte coletivo é fácil. Simplesmente, nós queremos resolver a situação. Há algumas situações no País que devem ser vistas de forma emergencial. Um dia desses, eu estava vendo o Direito do Consumidor e há um item

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

importante, a propaganda enganosa. É crime. Então, que passe a ser no país uma violação e crime projetos promessas enganosas, projetos enganosos. Eu vou citar alguns aqui. Foram a público e disseram não à taxação dos inativos. Era uma proposta, mas, na realidade, fez-se o contrário, fez-se uma proposta enganosa.

O atual Governo do Estado fez uma proposta que lhe rendeu muitos votos, que seria a diminuição do ICMS da energia elétrica. Depois, é fácil vir e falar: Olha, eu não tenho condições de fazer. Mas o povo acreditou naquilo, a sociedade acreditou naquilo.

O passe livre foi proposta do Executivo, do então Prefeito Roberto França, que foi à Câmara Municipal e foi aprovado. Foi proposta do atual Prefeito Wilson Santos e proposta do nosso companheiro, ex-vereador Totó Parente. Então, o atual Prefeito Wilson Santos usou dessa bandeira, fez a proposta de dar continuidade ao passe livre. Então, ele não poderá, em hipótese alguma, ir a público tentar reverter essa situação. Nós não podemos mais aceitar esse tipo de situação no País.

Eu vou ter que me ausentar porque está chegando no meu gabinete documentação. Estão falando das dívidas da Prefeitura com o transporte coletivo. Não tem dívida da Prefeitura com o transporte coletivo. A Prefeitura não deve o transporte coletivo. Esse documento chegou agora no meu gabinete. Eu vou avaliar para passar ao Relator. Porque eu conversei com o Secretário Zeca Bussiki e não existe atestado, não existe nenhuma nota atestada, não existe nenhum empenho feito. Não existe dívida lá. Nada de dívida contabilizada. Oficialmente não tem dívida na prefeitura. Se não tem dívida, não tem como pagar: “Ah, mas existe um contrato na SMTU”. Então, já é uma desculpa a menos para a questão do passe livre. Mas, a bem da verdade, o que tem que se discutir é que é projeto, é lei, está pronta, está feita. Acabou. Não tem o que questionar.

Por que não pensaram quando fizeram o projeto? Por que o gestor público, na sua administração, sanciona um projeto sem ter condições de pagar por ele. É isso que tem que ser cobrado. Sancionou porque tinha condições. Agora não tem? Vai ter que ter. Custe o que custar, vamos ter que manter.

Em relação aos trabalhadores do transporte coletivo, tenho defendido isso constantemente. Eu acho que o motorista, tanto o motorista quanto o cobrador, são usados pelo monopólio do transporte coletivo que existe na Capital. Isso tem que acabar. Vai ter que se responder judicialmente. O motorista, quando é vítima de assalto na rua, passa a ser vítima de outro assalto dentro da empresa, quando ele chega, que é obrigado a pagar. Ele não tem obrigação de pagar pela falta e pela incompetência do Governo, que não lhe dá segurança pública. Segurança pública é um direito que o cidadão tem. Então, temos que cobrar as propostas que fazem, para que se transformem em realidade.

Hoje, antes de vir para cá, estava numa discussão ferrenha no meu programa para descobrir o responsável pela drástica situação, pelo acontecimento lamentável de Várzea Grande na FEICOVAG. Depois de muita discussão, descobrimos e ouvimos da boca do Vice-Prefeito de Várzea Grande que aquele evento da FEICOVAG estava sendo realizado de forma irregular. A prefeitura não deu alar. Se não deu alvará, teria que ter interditado. Se tivesse interditado, teria evitado esse acidente. Então, se tem responsável, terá que ser responsabilizado. Tem que ser cobrado dessa forma.

Eu acho que as coisas no nosso País têm funcionar assim e nós somos parte disso. Então, quero me colocar à inteira disposição para qualquer situação que for necessário defender a verdade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Deputado Nataniel de Jesus, Vossa Excelência pode contar comigo, independente de cor partidária, independente de cor, raça ou credo religioso, eu vou estar ao lado da verdade, defendendo os interesses da nossa sociedade, do nosso povo que necessita que façamos isso.

Só discutir não resolve. Começa a discussão, termina num acordo, ou numa briga judicial, mas vamos conseguir, sim, defender os interesses da nossa sociedade, da nossa gente.

O passe livre não vai acabar. Eu tenho essa convicção. É direito adquirido. É proposta do atual Prefeito. Não vai acabar o passe livre. O trabalhador do transporte coletivo vai ter o seu direito que ele tanto precisa e necessita, que é um tratamento humano. Inclusive, já existe uma decisão por parte da DRT - Delegacia Regional do Trabalho, que a carga horária seja de seis horas. E decisão judicial não se questiona, cumpre-se.

Muito obrigado pelo carinho e pela atenção. Vamos à luta do passe livre.

Parabéns, Deputado Nataniel de Jesus (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Obrigado, Vereador Walter Rabelo.

É isso que nós temos que discutir. Não é só ficar no blábláblá, não! É por isso que nós vamos formar aqui essa Comissão de Deputados e Vereadores aqui de Cuiabá, e vamos em frente.

Ontem, nós assistimos uma infelicidade no programa, aliás, duas infelicidades: uma foi o ocorrido aqui em Várzea Grande, que realmente eu estava acompanhando o seu programa também, pela televisão. E, estava lá o Comandante do Corpo de Bombeiros, estava lá também o Deputado, que sempre faz o patrocínio, promove as festas e estava também o Vice-Prefeito de Várzea Grande, que estavam acompanhando. E, realmente, nós não estamos aqui querendo incriminar ninguém, mas que a responsabilidade seja assumida, porque várias pessoas morreram, outras tantas feridas, e isso não pode acontecer. Aliás, essas coisas tem que se prever, tem que se prever isso. Não se pode falar: “Ah! Não estávamos preparados!”. Quem é que está preparado? Quem é que está preparado para tudo isso? Como aqui o caso do Corpo de Bombeiros, fugindo um pouquinho... Nós não temos uma escada magirus que alcança aqui 20, 30 andares. Nós temos edifícios em Cuiabá bastante altos, com vários números de andares e se acontecesse uma catástrofe, uma desgraça dessa, não poderia ser socorrido.

Então, quer dizer, as pessoas, as autoridades parecem que só acordam depois que acontece o pior. E aí não adianta chorar o leite derramado. Então, é preciso se precaver do que depois ficar remediando a situação.

Vereador Walter Rabelo, muito obrigado pela sua presença, sei que o senhor também tem que ir... E, vamos em frente, irmão, porque temos que apurar as denúncias, nós temos que esclarecer e brigar pela sociedade.

Com a palavra, o Vereador Francisco Vuolo.

O SR. FRANCISCO VUOLO - Boa-tarde a todos! Eu gostaria de cumprimentar e ao mesmo tempo já parabenizar o Deputado Nataniel de Jesus por esta Audiência Pública, por este tema que é importantíssimo, que contempla não só Cuiabá, mas a Baixada Cuiabana e é muito importante ações como esta que demonstram claramente a preocupação com a comunidade.

Eu presido na Câmara Municipal a Comissão de Transporte e estou muito satisfeito com as ações da Câmara Municipal, principalmente, porque demonstra na implantação da CPI, como bem colocou o Vereador Domingos Sávio, depois o Vereador Valter Rabelo, uma ação inédita da Câmara Municipal, em querer tornar público e transparente esse emaranhado que acontece quando se trata da questão do transporte coletivo. A CPI vai cumprir um papel importante, tão importante quanto a CPI também é o fórum que foi criado, o Fórum Metropolitano de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

Transporte, que é conduzido pelo Secretário Emanuel Pinheiro. Nesse fórum participa os trabalhadores, os usuários de transporte, o setor da iniciativa privada, os empresários, participa também o setor público, a Prefeitura Municipal. O Fórum também tem conseguido alguns avanços.

Uma das coisas que o Deputado Sérgio Ricardo colocou, que é preocupação geral, é a questão da planilha. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, já para convidar todos aqui, que na sexta-feira que vem, lá no auditório da FIEMTEC, o auditor da Prefeitura, Luiz Mário, vai apresentar todos os procedimentos e as formas que são realizadas para o cálculo efetivo da planilha. Há o compromisso através da auditoria em explicitar, tornar público os números e a forma do cálculo que é feita na planilha que é aprovada, que define a questão de aumento ou não de tarifa do transporte.

Então, isso é um avanço importante. É uma demonstração clara da preocupação em tornar a coisa transparente. No Fórum também conseguimos um outro avanço. E aí eu enalteço aqui a presença do Édio e do Walter Arruda, e na pessoa deles eu cumprimento todos do movimento comunitário. Está relacionada a gratuidade aos presidentes de bairros, e na última sexta-feira já encaminhamos a relação deles, dos presidentes de bairros, para que o Prefeito pudesse manter aquilo que já era direito deles, que é a gratuidade aos presidentes de bairros (PALMAS). Esse encaminhamento foi feito e o Prefeito com certeza vai estar assumindo. Isso ele já nos disse extra-oficialmente, já disse na reunião do Fórum e oportunamente fará esse anúncio oficial. Encaminhamos também dos clubes de mães, que ainda não está definido, mas são avanços que nós temos que conseguir e estamos conseguindo. Isso só ocorre por causa justamente da participação e da preocupação da classe política. Por isso enaltecemos aqui a iniciativa de Vossa Excelência, Deputado, em promover esta audiência, debater esse assunto, trazer isso à tona e, sobretudo, envolver a Assembléia Legislativa.

Aí vem uma outra questão que está em tônica, que é o aspecto da participação do Governo do Estado. Vale ressaltar que o Prefeito Wilson Santos já esteve com o Governador, juntamente com o Secretário Emanuel Pinheiro. Na oportunidade, o Governo deixou claro que não havia possibilidade nesse instante de participar no processo de contribuição com relação à questão do passe livre. Ele já se posicionou dessa forma. Não há previsão orçamentária para isso. E esse encaminhamento é importante voltar lá para escutar dele, mas eu acredito que não vá nessa primeira instância conseguir reverter a situação. Logicamente, com a participação dos Deputados, reforçando, é um ponto importante.

O que eu gostaria de deixar claro é que a responsabilidade, e a lei que veio do Executivo municipal diz, é do Município de Cuiabá. Nós não podemos transferir essa responsabilidade para outras esferas. Logicamente, muitos estudantes do Estado que utilizam a rede estadual utilizam o passe livre. Seria ideal que o Estado participasse? Seria ideal que o Estado participasse. É importante? É importante, mas isso não pode ser motivo para se deixar de cumprir a lei. O passe livre é uma realidade é um direito adquirido. Se não houver abertura no Estado, nem no Governo Federal, que se encontre as alternativas ou mecanismos para se manter o passe livre funcionando e atendendo a comunidade. Não podemos permitir o discurso: Ah, porque o Governo do Estado não deu, porque o Governo Federal não deu, nós não vamos poder dar. Não. É uma lei e tem que ser cumprida. Senão, é como bem o Deputado colocou: de que valem as leis? Se amanhã eu apresento um projeto de lei, ele é aprovado e a lei não é cumprida, começa a ser cumprida, depois deixa de ser, por um motivo ou outro, que segurança existe? (PALMAS.) Então, nós temos que buscar. É responsabilidade, sim, do município buscar alternativas, seja com a Câmara Municipal, seja com os empresários, seja com os usuários. Nós temos que buscar alternativas e mecanismos para que a lei seja cumprida. A lei é municipal, é responsabilidade do Município e, com certeza, o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

Prefeito Wilson Santos, que fez parte da história de construção do passe livre, que participou de várias manifestações e ações em prol do passe livre, nós temos a certeza de que ele, caso o Estado não possa, caso o Governo Federal não possa, irá encontrar mecanismos para manter o passe livre vivo e os estudantes, sobretudo, privilegiados com um direito já adquirido por eles.

Ele bem colocou alguns itens, como, por exemplo: ao passe livre, quem mora até 2km da escola, não tem direito. Quem mora, quem reside, até 2km da escola não tem direito ao passe livre. E isso não está sendo respeitado. Isso onera, conforme informação do Secretário, em cerca de 20% a 30% de passes livres que são dados. Então, que isso seja cumprido, que se faça cumprir a lei, que haja uma fiscalização maior e, sobretudo, que a lei seja cumprida.

Então, nós defendemos aqui o passe livre. Entendemos a importância de irmos ao Governador para ouvirmos o seu posicionamento, mas não podemos delegar essa responsabilidade exclusivamente a ele, sob pena de cortar ou acabar com o passe livre.

Então, o que eu defendo é isso, Deputado. A Câmara Municipal já foi bem colocada pelos nobres colegas aqui presentes. Ela é parceira no processo, é interessada no processo. Vossa Excelência encontra na Câmara Municipal todo resguardo que for necessário dentro do Município de Cuiabá. Essa é uma questão que está lá dentro, com a qual nos preocupamos muito. Por isso a presença dos Vereadores aqui, dos membros da CPI. Nós, enquanto Presidente da Comissão de Transporte, tenha certeza, falamos aqui em nome dos demais colegas Vereadores da Câmara Municipal e da própria Presidente, Vereadora Chica Nunes.

Parabéns mais uma vez! Parabéns ao Deputado Sérgio Ricardo, que também participou da audiência e a todos vocês que estão aqui me escutando. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Muito obrigado pela participação, Vereador Francisco Vuolo.

Passo a palavra agora para o Sr. Tarcísio Bassan, que dispõe também de 10 minutos.

O SR. TARCÍSIO BASSAN - Boa-tarde a todos.

Eu gostaria aqui de parabenizar a iniciativa do Deputado Nataniel de Jesus por dar esse primeiro passo para essa importante audiência pública.

Senhoras e senhores, foi falado aqui, citado por todos que até agora usaram da palavra, principalmente sobre a gratuidade, que decisão judicial é para ser cumprida, custo tarifário, direito adquirido, horário e omissão de horário em relação aos horários das empresas, enfim, seis horas, redução do horário da jornada de trabalho. Eu me compadeço com os trabalhadores, porque realmente é de uma fadiga imensa.

Sr. Deputado, eu acho que o transporte Cuiabá/Várzea Grande, no Aglomerado Cuiabá/Várzea Grande, está à beira do caos, aliás, é um caos generalizado. Cada qual aqui cita uma coisa, mas ainda não descobrimos o caminho. Os trabalhadores merecem uma jornada menor? Sim. Os empresários merecem uma tarifa melhor, merecem receber da prefeitura? Sim. Alguém tem que pagar por essa tarifa.

Eu pergunto aos senhores: por que os Correios e Telégrafos não assumem o passe de seus carteiros, assim como a polícia militar, a polícia civil, seja lá quem for? Eles têm que assumir também. O empresário assume o passe de seus trabalhadores. No caso do estudante, eu acho que procede. É direito adquirido, Deputado, eu também penso. Não somos contra o direito ao passe estudantil de forma alguma. Não somos contra a forma como ele está aí! Não somos contra! Nós somos contra a forma pela qual ele está aí. Quem é que paga por isso? Várzea Grande não tem! Várzea Grande é meio passe! Por quê? Porque lá se entendeu que não tem como o Poder Público

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

assumir esse ônus. Se arrumarmos uma forma que dê para assumir o outro 50%, tudo bem! Mas, da forma que está... É como disse o companheiro Vandir, é uma criança sem pai, é uma criança órfã!

Então, tem que ser realmente analisado com muito critério, Deputado, antes de cometermos outras injustiças. Agora, eu gostaria também de deixar registrado aqui que o sistema de Várzea Grande, nós temos em torno de 210 ônibus, dos quais 65 da concessionária local e 165 da Intermunicipal. Nós estaremos em breve introduzindo a bilhetagem eletrônica. Esta semana deveremos dar autorização, deveremos baixar uma portaria autorizando a concessionária local a operar com a bilhetagem eletrônica, no caso a União Transportes. E gostaríamos também - e isso vai depender da AGER - que culminasse com a Intermunicipal. Como disse o Sr. JB, do Sindicato dos Trabalhadores, ele disse que a bilhetagem é um monstro. Eu acho que não deve ser encarado dessa forma. E acho que ela é um banco de dados que nós poderemos nos utilizar desse banco de dados para instituir realmente e efetivamente uma tarifa justa. Um banco de dados real, não esse banco de dados que o senhor mesmo disse, que é a empresa que fornece. Nós estamos dependendo de um estudo da Universidade Federal, está sendo feito, origem/destino, sobe/desce, para sabermos onde estarão nossas linhas, onde está o usuário.

E um problema grande que nós temos aqui no Aglomerado, Deputado, se chama Avenida da FEB. Em outra ocasião, já foi pauta de conversa na Câmara Setorial de Aglomerado Urbano, eu conversei com o Secretário Emanuel Pinheiro a esse respeito, que a Avenida da FEB está ali, a caixa da via pública é aquela e não tem forma de melhorar.

No entanto, como vocês viram, 70%, cento e quarenta e cinco ônibus se utilizam dessa via. Nós não temos como... O que nós devemos fazer? A caixa da via pública é aquela, o tráfego aumentando a cada dia, e acho que daqui por diante não se justifica mais, Deputado, um caminhão de sessenta toneladas passando à luz do dia, transitando dentro de Várzea Grande indo para Sinop. Eu acho que isso tem que ser revisto. Aí, talvez, desafogaria o tráfego, recairia naquilo que o companheiro aqui falou, o Vandir, não teríamos omissão de horário, porque eles têm horários a cumprir.

Nós podemos observar no terminal de Várzea Grande, no Terminal André Maggi, que eles chegam, sim, atrasados. Por conta de quê? Estrangulamento no trânsito. E chegou atrasado é omissão. Omitiu, é multado. Então, existe isso aí. Mas, e aí? É um caso a ser estudado. Então, não são problemas pontuais, tem que juntar e discutir tudo isso aí.

Dentro em breve, nós já conversamos isso com o Secretário Emanuel Pinheiro, já foi pauta de assunto lá dentro do Aglomerado e temos que decidir isso aí, ouviu Secretário? Temos que decidir isso.

Eu vou encerrar as minhas palavras dizendo também, não sou contra a redução de jornada, mas parece-me que uma redução dessa natureza implicaria num acréscimo na tarifa de 20% a 30%. E aí, como resolver isso também? Se há quem defende aqui que não se aumente a tarifa.

Estivemos junto com o Governador, Vereador Chico Vuolo, juntamente com o Emanuel Pinheiro, Prefeitos Wilson Santos e Murilo Domingos, realmente, ele não assume. Ele não assume a parte da rede escolar, ele acha, falou com muita propriedade que a rede escolar está muito bem distribuída, que os alunos estão muito bem distribuídos nas cidades, de forma que não precisam utilizar de transporte escolar. Então, não cabe a ele, não tem porque assumir esse transporte.

Então, eu quero deixar, Deputado Nataniel de Jesus, as nossas palavras são essas. Quero agradecer o convite e parabenizar mais uma vez pela iniciativa, que este é o primeiro passo e que de agora em diante sejam passos largos. Muito obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Quero registrar a presença do ex-Deputado Emanuel Pinheiro, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano de Cuiabá e do Deputado Clóvis Roberto.

Vou conceder a palavra para o Secretário Municipal, Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Boa-tarde a todos!

Cumprimento a mesa, esta mesa seleta, inicialmente na pessoa do Deputado Nataniel de Jesus, parabenizando-o pela excelente iniciativa que diz respeito a discutir aqui na Casa do povo mato-grossense a questão do Aglomerado Urbano. Daqui a dois dias somaremos esforços para discutir a região metropolitana que também já está em pauta uma audiência pública proposta que, se não me engano, pelo Deputado Carlos Brito.

Walter Arruda, Presidente da FEMAB, Tarcisio Bassa, Paulo, João Ricardo, Marleide, Vereador Vuolo, Deputado Clóvis Roberto, Senhoras e Senhores, eu serei breve, até porque atrasamos bastante e peço desculpa pelo atraso. Tivemos aí um lamentável acidente com ônibus da empresa Nova Cuiabá, indo na Avenida Cuiabá, descendo o IBAMA, uma tragédia, o ônibus virou e caiu na ribanceira, e tem seis pessoas em estado grave. Inclusive, o motorista está sendo encaminhado ao Pronto-socorro, estamos dando todo atendimento às famílias e acabamos por atrasar bastante, e tenho que voltar daqui a pouco para o local e tenho que ir ao Pronto-socorro, também.

Mas não poderia deixar de aqui estar para somar esforços com o Deputado Nataniel, com a Assembléia Legislativa, com todos esses seguimentos que se fazem representar aqui nesta douta Mesa e com o público presente. A questão do aglomerado urbano já nasceu com o advento, com a promulgação da nova carta constitucional em 05 de outubro de 1988. Ou seja, municípios limítrofes e municípios próximos que formam verdadeiras regiões condensadas populacionalmente e que deve merecer uma atenção conjunta do poder público. A visão do aglomerado urbano é uma visão para o futuro. É uma visão de que você não pode pensar o desenvolvimento de uma determinada cidade, se não envolver aquelas que estão envolvidas, estão próximas geograficamente com pouco distante ou, porque não dizer, municípios limítrofes. No nosso caso, a região metropolitana que engloba o que diz a carta de 88 diz respeito as duas maiores cidades do Estado, Cuiabá e Várzea Grande.

E, como dizem os poetas, o rio Cuiabá, muito antes de nos dividir, ele nos une. E unem duas cidades, duas culturas, duas regiões que representam berço da cultura, do progresso e do desenvolvimento do nosso Estado de Mato Grosso. E como se pensar no desenvolvimento no caso do transporte coletivo ou mesmo do transporte urbano ou mesmo do saneamento de Cuiabá se não pensar em Várzea Grande e vice-versa juntas é quase um milhão de habitantes. Muitas pessoas moram em Cuiabá e trabalham em Várzea Grande. E muitas e muitos mais ainda moram em Várzea Grande, mas trabalham em Cuiabá. Vive o seu dia-a-dia em Cuiabá. Muitos moram em Cuiabá, mas são eleitores de Várzea Grande. Muitos vivem em Várzea Grande, mas são eleitores de Cuiabá, mostrando que há uma miscigenação até cidadã entre as duas cidades. O que nos permite dizer que somos um complexo populacional só, somos um aglomerado urbano. Agora, como desenvolver esse sistema se nós somos duas entidades federativas, se somos dois municípios? E como dois municípios somos autônomos. Ambos os municípios têm capacidade de auto-organização e normatização, capacidade de auto-governo e capacidade de auto-administração.

Portanto, esse é um pressuposto básico do Estado Federativo, do Estado Federal e não podemos suplantá-lo. E isso foi objeto de uma discussão, de um debate, em Brasília, no dia 11 de março, no 56º Fórum Nacional de Dirigentes de Trânsito e Transporte Urbano, quando defendíamos uma visão mais aberta a respeito desse problema.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Antes de tentarmos, Tarcísio, passar a nossa região para região metropolitana - e há uma grande pressão em nível federal, que é de todos os entes federados, o mais draconiano, aquele que concentra uma camada de forças que acaba por deixar o Estado, o Distrito Federal e os Municípios deste tamanho, que é a União. A União vem pressionando. Só obterá recursos; só terá privilégios de emendas federais; só terá financiamentos avalizados pelo Governo Federal, se aqueles aglomerados urbanos virarem regiões, se aqueles aglomerados urbanos se transformarem em regiões metropolitanas. Havendo aí, Deputado Nataniel de Jesus, uma grande confusão, que pode redundar na interferência de um ente federado em outro, uma interferência inoportuna, ineficaz e inconstitucional. Porque quando o constituinte originário determinou o conflito de predominância de interesses para definir qual é a competência de cada ente federado, ele se inspirou em quê? Tudo aquilo que for de interesse geral nós vamos entregar para a União, tudo aquilo que for de interesse regional, nós vamos entregar como competência do Estado e tudo aquilo que for de interesse local nós vamos entregar para competência do Município. E foi nessa visão, nessa predominância de interesse, que foram elaborados os arts. 21 a 24 da nossa Carta Magna, estabelecendo as predominâncias de interesses, ou seja, estabelecendo a repartição constitucional de competências, o que compete a cada entidade federativa.

Eu fiz esse preâmbulo todo, Deputado Nataniel de Jesus, porque eu sei que a questão aglomerado urbano já vai se transformar na questão metropolitana, até porque há o interesse claro do Governo Federal e eu apenas me preocupo como é que eu, Secretário do Município de Cuiabá, poderei interferir nas questões de Várzea Grande se lá é uma outra entidade federativa. Será que o Tarcísio Bassan, Secretário daquela cidade, vai permitir, ou vice-versa, será que nós vamos permitir que Várzea Grande interfira nas questões relativas a Cuiabá?

São situações que vão muito além do texto constitucional, porque eu sei que a região metropolitana veio depois também a ser inserido no texto da Carta Magna, mas diz respeito principalmente à boa convivência entre aqueles que detêm o poder ocasionalmente. E, neste momento, se falando em Cuiabá e Várzea Grande, é a gestão Wilson Santos e a gestão Murilo Domingos.

E quando nós pulamos, Deputado Nataniel de Jesus, de aglomerado urbano e passamos para região metropolitana, temos que analisar, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, daqui mais alguns anos Poconé, Nossa Senhora do Livramento e Chapada dos Guimarães. É inevitável.

São Paulo, há 100 anos atrás era o que Cuiabá é hoje. Depois virou aquele complexo populacional, que você mal sabe dizer onde fica a divisão de São Paulo entidade federativa município São Paulo dos demais, Guarulhos e tantos outros que fazem divisa, limítrofes com a maior cidade brasileira.

Então, a nossa preocupação em fazer essa introdução é para dizer que a questão do aglomerado urbano ou região metropolitana é de fundamental importância e ela passa pela Assembléia Legislativa, porque quem tem a capacidade normativa de fazer qualquer adequação, Tarcísio, é a Assembléia Legislativa, porque se trata de linha intermunicipal e sendo item municipal está sob o comando da AGER, que, por sua vez, está subordinada à Secretaria Estadual de Infra-estrutura.

E nós temos tido várias reuniões do aglomerado urbano, onde o Secretário Tarcísio é o coordenador e eu sou o relator nesses seis primeiros meses e temos conversado muito sobre como destrinchar essa questão do aglomerado urbano, que no nosso caso, em Cuiabá, vem, até certo ponto, nos prejudicando.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E falando aqui que o Tarcísio é nosso amigo. Ele também está preocupado e imbuído em resolver essa questão. São 184 ônibus, que avançam diariamente para a nossa cidade sem nenhuma fiscalização e que acabam por proporcionar uma superposição de linhas ou sobreposição de linhas, como queiram falar, como queiram se expressar, proporcionando um desequilíbrio maior ainda em um sistema já desequilibrado, proporcionando uma computação no trânsito, já muito conturbado, e proporcionando principalmente uma injustiça, porque, só a título de exemplo, esses ônibus exploram as linha dentro da nossa cidade, mas não carregam a nossa gratuidades, por exemplo, os estudantes. Não carregam, porque é uma lei especificamente municipal.

Então, nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Temos que buscar o equilíbrio. A proposta do Deputado Nataniel de Jesus que estamos tentando construir e eu precisaremos muito do apoio de Vossa Excelência, que é um Deputado brilhante, tem se mostrado sensível a esta causa, é de se buscar um equilíbrio total do sistema Cuiabá/Várzea Grande, tanto do ponto de vista de entidades federativas, independentes e autônomas, como do ponto de vista de um aglomerado urbano ou de uma região metropolitana, que também sabemos que não há de se planejar para o futuro o nosso transporte sem se pensar nas duas regiões.

Está aí a Universidade Federal, Tarcísio, que vem desempenhando um grande trabalho, desenvolvendo um grande trabalho de uma malha que vai contemplar.

E desenvolvendo, partindo para finalizar as minhas palavras, esta idéia, estamos tentando apresentar uma proposta de criarmos alguns pontos comuns na nossa cidade que seriam fruto de exploração das linhas intermunicipais. Por exemplo, que seria pontos comuns? Não sei se o Tarcísio já falou sobre isso já.

O que seria os pontos comuns? Não é de se admitir em um sistema equilibrado que o ônibus intermunicipal saia de Várzea Grande. Ande por todo centro da cidade, entre no CPA ou na Fernando Correa e vá até o Bairro Osmar Cabral. Isso não é linha intermunicipal Isso é uma superposição de linha. Toma os nossos passageiros, incide no desequilíbrio do sistema, e não carrega as gratuidades. Então, há uma injustiça que precisa ser reparada aí nesse sistema.

Então, o que seria, Deputado, esses pontos comuns.

Por exemplo, a região do Palácio do Governo, o Centro Político Administrativo, os pontos turísticos, a Universidade Federal, o setor comercial. Ou seja, estamos estudando aí, eu dei alguns exemplos, mas podem ser outros também, o *Shopping Pantanal*, o *Shopping Três Américas*. Nós estamos criando pontos, fazendo estudo técnico, elaborando quais são os pontos comuns a Cuiabá e a Várzea Grande, que seria necessária esta ligação intermunicipal de transporte urbano entre os dois municípios.

Fazendo isso, os dois municípios com aval da AGER e ação compartilhada, fiscalizando esta nova malha, que seria criada para o intermunicipal, com certeza racionalizaríamos a frota intermunicipal sem dar prejuízos às empresas. Melhoraríamos o trânsito na nossa Capital e na cidade industrial. Proporcionaríamos todas as condições para a demanda de Várzea Grande para Cuiabá, e vice-versa. Bem como garantiríamos uma equalização, o equilíbrio total do sistema, na Capital do Estado convivendo harmonicamente com as linhas intermunicipais. Esta convivência é natural e tem que existir. O que precisa é ser equilibrada e harmoniosa.

Então, essa é a nossa proposta da gestão Prefeito Wilson Santos. Não tem nada de acabar, de definitivo. Ela está pronta para receber sugestões, críticas, emendas, novas idéias ou mesmo alterações. Mas o que precisamos entender é que esse aglomerado urbano, que daí a pouco, vai passar para a região metropolitana, não pode nascer defeituoso. Ele tem que vir da base,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

estruturado, para atender toda uma nova realidade econômica, política, financeira e social de Cuiabá, Várzea Grande e de todos os municípios da Baixada Cuiabana.

Então, eu me coloco à disposição de Vossa Excelência, de todos os membros da Mesa, de todo o auditório.

Eu peço desculpas, que cheguei atrasado e vou ter que sair, porque eu tenho que ir ao Pronto-socorro e voltar no lugar do acidente, mas eu me coloco à inteira disposição. Parabens a esse grande e ilustre Deputado Nataniel de Jesus pela iniciativa que veio engrandecer o debate, a discussão. E, como Secretário da Capital, tenho que dizer: precisamos de Vossa Excelência, precisamos do Poder Legislativo Estadual e mato-grossense para que juntos achemos, busquemos o denominador comum para fazer da nossa região uma região moderna, desenvolvida e completamente integrada do sistema de transporte urbano, seja do aglomerado, seja da futura região metropolitana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Obrigado, Secretário Emanuel Pinheiro.

Nós estamos discutindo aqui vários pontos: jornada dos profissionais dos transportes, catracas, aumento da passagem e, principalmente, o passe livre.

Nós ficamos muito preocupados, Sr. Secretário, com a situação. Eu gostaria até que Vossa Excelência falasse um pouco mais aqui, frisasse mais, desse mais ênfase ao passe livre estudantil, porque as pessoas, os alunos, os estudantes de um modo geral estão muito temerosos quanto à extinção do passe livre, se vai acabar ou não vai. Várzea Grande é 50% do passe, aqui tem um direito adquirido, ele tem isenção. Então, como é que fica? Vai acabar? Não vai acabar o passe livre? Como é que fica a situação dos estudantes? Eu gostaria que Vossa Excelência desse, em rápidas palavras, uma pincelada a esse respeito, porque nós precisamos ter garantia. O aluno precisa estudar e muitas pessoas, muitos alunos, muitos estudantes não têm realmente condição de ir à escola e um país responsável prioriza a Educação.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Deputado, peço desculpas. Fiz a introdução, e a pauta que me passaram era Aglomerado Urbano para o debate de hoje. Por isso que eu vim voltado para o Aglomerado Urbano. Mas, talvez, o discurso que eu fiz na introdução seja mais apropriado para quarta-feira. Na minha agenda colocaram Aglomerado Urbano e eu fui na linha do Aglomerado Urbano. Eu sou igual àqueles burros: você vai falar sobre isso, e eu vou embora...

Então, desculpe-me, e vamos lá, vamos ao que é a pauta. Isso que dá chegar atrasado.

O passe estudantil, nós temos discutido muito, muito. Criamos um Fórum Permanente de Mobilidade Urbana, está aqui o Vice-Presidente desse fórum, o João Ricardo, que é Presidente da AME; está aqui a Marlei de Carvalho, Presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo; está aqui o Paulo Rogério, que representa a Diretoria Jurídica dos Estudantes da UNIC; está aqui o Walter Arruda, Presidente da Federação Mato-grossense das Associações de Bairro - FEMAB. Juntos vamos buscar alternativa para manutenção do passe livre.

A questão do passe livre... Deputado, eu até trouxe esta pasta aqui para entregar para Vossa Excelência. Ele foi criado através da Lei nº 4.141 - eu vou ser o mais breve possível -, de dezembro de 2001, e foi regulamentado pelo Decreto nº 3.951, de fevereiro de 2002, ou seja, esta lei é clara. O art. 6º diz o seguinte... Antes era meio-passe, 50% já estavam embutidos na tarifa, ou seja, a tarifa é R\$1,60, 50% do meio-passe para estudante já estavam embutidos nesses R\$1,60, os outros 50% seriam pagos com recursos do Tesouro. Está aqui o art. 7º.

“Art. 6º O custeio do equivalente aos outros 50%, resultante desta lei, correrá a conta do Tesouro Municipal.”

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Desses números que dão uma soma, em média, de 700 mil reais ao mês, porque são cerca de 62 mil estudantes que têm direito ao passe livre, que usufruem do direito ao passe livre de Cuiabá, 50% têm que ser pago pela Prefeitura Municipal.

Ocorre que desde quando essa lei foi instituída, ou seja, em março de 2002 até hoje, quer dizer, dois anos, três anos praticamente, nunca foi pago um mês sequer. E a gratuidade é uma questão social. Nós sabemos que o passe livre em Cuiabá diminuiu a repetência. Nós sabemos que o passe livre em Cuiabá diminuiu a evasão escolar. Nós reconhecemos os avanços do passe livre estudantil na nossa Capital e queremos mantê-lo. A questão é como mantê-lo?

O Prefeito Wilson já colocou e estão lá de forma transparente e clara as contas da Prefeitura, todo o trabalho nosso de forma aberta e transparente da condição de a Prefeitura arcar com esse valor mensalmente. Se nunca pagou na gestão passada, será que não pagou por que Roberto França não quis, ou era maldoso e demagogo? Não. Algum problema ele deve ter tido e, no momento oportuno, seja através de uma CPI, uma convocação, ou de uma manifestação pública, ele vai ter que expor as suas razões. Até agora, nós também, a gestão Wilson Santos não pagou nenhum dos quatro meses que os estudantes foram transportados para a escola. Por quê? Porque a gente não quer? Não. Eu tenho certeza de que não, até porque essa é uma das bandeiras de luta do Prefeito Wilson Santos. O problema é quem vai pagar a conta.

A gratuidade no sistema não é apenas um dom que cai do céu e nós vamos fazer gratuidade. Alguém tem que pagar por ela, tanto é que hoje, até em nível federal já está se orientando, já estão orientando num debate nacional, não é em nível de Governo Federal, em nível nacional já se orienta um debate de que toda e qualquer gratuidade que for inserida no Poder Legislativo, tem que vir amarrada a fonte de custeio, de onde vai sair o recurso para custear aquela gratuidade, “x”, “y” ou “z”.

No nosso caso aqui, até hoje não se conseguiu pagar absolutamente nada. As empresas alegam que a dívida está em torno de 27, 28 milhões de reais, em contrapartida elas por isso não pagaram, nunca pagaram a taxa de outorga e o ISS. E a Prefeitura alega, foi comprovado na reunião de sexta-feira, que as empresas devem para ela, para a Prefeitura, em torno de 27, 28 milhões de reais. Ah, então, vamos fazer encontro de contas! Não é tão simples assim. Primeiro, porque, principalmente no que concerne a taxa de outorga este tributo, esse dinheiro tem que ser inserido, tem que ser reinserido investimento no sistema. Então, não é para se fazer encontro de contas. Nós temos que pegar esse dinheiro e repassar para a SMTU, e a SMTU, de alguma forma, tem que investir na melhoria de qualidade do sistema de trânsito e transporte urbano da cidade.

Vamos supor que pudéssemos fazer o encontro de contas. Desculpe-me, Deputado, eu vou ser breve, mas eu preciso fazer esse histórico. Vamos dizer que nós pudéssemos fazer o encontro de contas, nós resolveríamos até maio de 2005. Como é que ficaria junho, julho é férias, agosto, setembro, outubro, novembro? Quer dizer, o problema continuaria. Você resolveria um passivo que tem que ser auditado, e vai ser auditado, mas você não resolveria o problema como um todo, porque ele vai continuar nos meses posteriores.

Então, com essa preocupação e angústia, e angústia mesmo, da gestão Wilson Santos, do próprio Prefeito, nossa como Secretário, estamos buscando fórmulas de como manter o passe livre. Fizemos um levantamento: desses 62 mil alunos - vamos falar em número redondo -, 5% são da rede municipal de ensino, 47% são da rede estadual de ensino, 37% são da rede privada e 11% da rede federal, em número redondo.

Então, qual foi a nossa idéia, o Prefeito Wilson Santos determinou que costurássemos. A Prefeitura assume município e parte da privada, o Estado assume alunos da rede estadual e a União assume da rede federal. Seria o mais justo. Se a União tem orçamento para este

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

ano de mais de 500 bilhões de reais, o Estado de mais de 6 bilhões de reais, o município de cerca de 500 milhões de reais, é justo o município pagar a conta sozinho? Se tivesse condições, pode ter certeza, Deputado, Mesa e platéia, de que pagaríamos com o maior prazer e de bom grado, porque reconhecemos os avanços sociais nesta área. Mas é justo só um e o mais pobre dos entes federados pagar sozinho a conta, sendo que o grosso pertence, numa linha direta de responsabilidade constitucional, a outros entes federados? É justo? Eu pergunto a vocês: é justo?

Só para concluir...

O SR. CLÓVIS ROBERTO - Só uma pergunta: como é que Campo Grande paga o passe livre?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Está revendo. Eu falei com o Secretário de lá e eles estão revendo. Estão na mesma posição que nós estamos. Eu não sei os detalhes da proposta deles. Eu fiquei até de fazer uma visita. Eles estão revendo. Eu mantive contato direto. São as duas únicas cidades: Cuiabá e Campo Grande. Mas eu acho ótimo. E acho que seria até um orgulho nacional dizer que somente Cuiabá tem o passe livre estudantil. Eu não vejo nenhum problema nisso. E acho que até seria maravilhoso. O problema é como fazer.

Então, Deputado, o que nós fizemos? Nós fomos, pegamos alguns estudos. No mês de fevereiro, a Governadora do Rio de Janeiro, Sr<sup>a</sup> Rosinha Garotinho, resolveu assumir. Um Deputado apresentou uma lei estadual garantindo o passe livre estudantil. Ela sancionou o que concerne aos alunos da rede pública estadual, ou seja, o equivalente a oito milhões de reais/mês no Rio de Janeiro, e vetou os alunos da rede municipal e os alunos rede federal. Ela vetou e assumiu aquilo que acha que é dela, que é a nossa mesma linha de raciocínio aqui em Cuiabá. Ela assumiu os oito milhões/mês aos alunos da rede estadual. Está aqui nesta publicação. Eu vou deixar ao Deputado um estudo, um compêndio de vários temas, inclusive normativos, sobre o assunto.

Nós fomos ao Governador Blairo Maggi e ele foi taxativo. Ele falou: “Eu não quero saber, Prefeito, tira, tira, pode mandar para mim que eu vou dizer que podem contar comigo para ser contra, porque eu não aceito isso, e acho um absurdo”. Ele não mediu palavras porque falou isso na imprensa. Porque nós fomos propor. O Prefeito Wilson Santos levou essa proposta para ele.

Então, hoje, Deputado Nataniel de Jesus, eu fiz esse breve histórico, esse breve resumo. Encerro as minhas palavras dizendo: Hoje existe uma disposição total da gestão Wilson Santos em manter o passe livre. Por isso, ele será mantido enquanto a discussão estiver sendo realizada. Todos nós, juntos, e aqui estão todos os Vice-Presidentes e eu, que sou Presidente do Fórum Permanente de Mobilidade Urbana - Pauta: Passe Livre Estudantil - e nós vamos ver se achamos algumas alternativas. Eu já tive algumas idéias de cada um ir para alguns lugares, mas isso eu vou discutir depois com os Vice-Presidentes, para vermos de que forma podemos resolver. Ou se juntos, com o apoio de Vossa Excelência, irmos ao Governador para sensibilizá-lo. Porque é público e notório, uma questão nacional, que sozinho ninguém agüenta. Mas não é por isso que o passe livre vai acabar. Nada vai ser feito do dia para a noite, na calada da noite. Tudo aqui vai ser feito de forma transparente, discutida, debatida. Vamos debater quanto tempo for necessário. Mas nós estamos imbuídos em resolver esse problema, essa questão.

Era essa a satisfação que eu tinha para dar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Secretário Emanuel Pinheiro, nós ouvimos mas não ficamos totalmente satisfeitos porque o que queremos não é apenas dar uma satisfação, mas uma garantia para todos os estudantes, principalmente aqui de Cuiabá.

Eu tenho certeza de que não é só na nossa fala, na sua, nas nossas aqui da mesa que vamos resolver. É claro que tem muita coisa pela frente, mas é importante começar a conversar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Tivemos aqui o Deputado Sérgio Ricardo presente, os vereadores Domingos Sávio, Walter Rabello, Francisco Vuolo e nos comprometemos, sim, em fazer dois encaminhamentos, um ao Prefeito Wilson Santos e outro ao Sr. Governador Blairo Maggi.

Eu gostaria que o senhor, juntamente com o Deputado Clóvis Roberto, se assim quiserem, também engrossassem essa comissão para discutirmos isso com o Governador. Não sei se eu posso contar com o Deputado Clóvis Roberto...

O SR. CLÓVIS ROBERTO - Tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Porque nós estamos aqui realmente em defesa dos estudantes.

Eu acredito, como todos nós acreditamos, que a educação é primordial. Um país sério começa pela educação.

Passo a palavra agora para o Sr. Walter Arruda, que dispõe de cinco minutos.

O SR. WALTER ARRUDA - Boa-tarde, Deputado Nataniel de Jesus; boa-tarde a todos os companheiros presentes, presidentes de associações de moradores de bairros, líderes estudantis.

Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Nataniel de Jesus, que esse pedido nasceu no dia em que estávamos tomando posse no comitê das entidades em defesa da cidadania e veio do movimento organizado de todos os grêmios DCEs, líderes comunitários que estavam presentes aqui naquela data para que fosse convocada essa audiência pública, enfim, para que pudéssemos estar aqui discutindo democraticamente o que se refere ao passe livre, a tudo aquilo que se refere a transporte coletivo na nossa Capital, também estendida para a vizinha cidade de Várzea Grande.

Deputado, eu acompanho atentamente e em outras oportunidades já estive me colocando principalmente contra vários questionamentos que são feitos. Primeiro, eu tenho a certeza e a convicção, companheiro Raul, que enquanto a educação, neste País, não for colocada como prioridade, vamos estar sempre discutindo questões inerentes ao passe livre, questão inerente à desoneração das passagens.

Eu gostaria que estivessem aqui os representantes dos empresários do sistema de transporte da nossa Capital. Já se falou hoje, Deputado, a respeito do preço que já é R\$ 1,60, já é abusivo para a nossa população. E sentimos que quando fala em aumento, que quando fala em desonerar a passagem, estamos esquecendo, principalmente de outra coisa, que eu tenho cobrado muito, João Ricardo, que é a responsabilidade social.

Infelizmente, hoje virou mania dos nossos gestores de estarem falando em superávit. E, na administração, nós temos uma coisa muito importante, que é a responsabilidade social.

Eu vi aqui o nosso companheiro Tarcísio, reiteradas vezes, está falando de quem paga, de que jeito vai ficar o empresário. Eu quase fiz uma proposta para ele aqui de sairmos nos bairros da nossa Capital, propor aí, Deputado, para cada uma família está dando um real para estar ajudando os empresários. Pobres empresários!

Ora, espera aí, gente!

Chamamos a comunidade para uma Audiência Pública. E, no mínimo, temos que estar aqui defendendo essa comunidade. No mínimo. Os nossos representantes do Poder público tem que estar aqui se preocupando com questão social, gente. De que jeito nossos alunos vão para a escola? Quando, na realidade, eu ouvi várias vezes aqui: quem que paga? Como que vamos pagar? Pobre da nossa população!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E, nessa linha de pensamento, eu quero dizer que a educação colocada como prioridade, eu não vou discutir mais. Quantos por cento paga o município, quantos por cento paga o Estado, como se fosse uma conta, que de repente todos nós sentamos e daí cada um sai e paga a sua parte. A educação vai mais além.

Os nossos alunos têm que serem colocados com prioridade. E aí, nesse sentido, nós não podemos também estar aqui perguntando a todo momento se vai acabar o passe livre, se vai acabar a passagem.

Eu acredito que temos que estar colocando aqui na Mesa, João Ricardo, uma maneira de incluir socialmente a nossa população, as pessoas menos carentes, para que elas possam também ter acesso ao transporte. 47%, Secretário, da nossa população, não têm acesso ao transporte coletivo, sabe por quê? Porque não conseguem pagar R\$ 1,60, e temos que ainda estar ligando com essa, Adalberto, com essa insensatez dos empresários de estar colocando a todo momento na imprensa que a passagem tem que ir para R\$ 2,25. E aí eu vou estar todas às vezes defendendo a nossa população. Vou estar junto com os alunos, vou estar junto daqueles que necessitam do transporte coletivo para ter acesso à educação, para ser incluído socialmente, porque transporte coletivo, hoje, se trata de inclusão social.

E quando eu falo que as pessoas que não têm acesso ao transporte coletivo, são excluídas socialmente, Deputado... E o companheiro Emanuel Pinheiro sabe muito bem disso.

Hoje, empresas são colocadas em região e só admitem pessoas que moram ali naquela região. Isso é uma forma de excluir socialmente a nossa população, meu querido Paulinho. Isso é uma forma de não dar acesso ao trabalho. E, acima de tudo, não dá acesso à educação.

E eu quero crer que, num futuro bem próximo, nós vamos estar aqui discutindo de que maneira vamos fazer com que esses 47%, Joaquim, que não andam de ônibus, que são excluídos do transporte coletivo, vão começar a andar, porque começa a facilitar para o empresário. Ao invés do empresário, Emanuel Pinheiro, carregar 800 pessoas, começar a carregar 1500, 1600 pessoas todos os dias, é uma maneira inteligente de estarmos fazendo com que a nossa população possa, principalmente, ao invés de ser excluída, que seja incluída no transporte coletivo.

E vamos continuar, só para encerrar, defendendo que, acima de tudo, futuras ações aqui do nosso fórum, do qual eu estou participando... E eu quero parabenizar pela iniciativa, Sr. Emanuel Pinheiro, nós temos que estar aqui defendendo aqui as ações que venham de maneira inteligente possibilitar a melhoria de qualidade de vida para as nossas comunidades. E essa foi uma maneira que eu encontrei, que nós tivemos acesso para estar discutindo, para estar participando. E, dessas participações, eu tenho certeza, companheiros, que não vai acabar o passe livre coisa nenhuma e que, acima de tudo, a passagem também não vai ter aumento, porque a população não vai aceitar.

Muito obrigado e desculpem por ter extrapolado o tempo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - O Secretário Emanuel Pinheiro quer justificar a sua saída agora.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Deputado Nataniel de Jesus, douta Mesa, senhoras e senhores.

Mais uma vez, explicando o que eu já havia dito no começo da nossa fala... Desculpem, eu cheguei atrasado em virtude do mesmo problema, um grave problema envolvendo a Empresa Nova Cuiabá, que deixou em estado grave e delicado seis pais de família no Pronto-Socorro e eu estou precisando ir ao local do acidente novamente e ir até ao Pronto-Socorro. Por isso, peço desculpas, me coloco à inteira disposição, e convido a todos para participar do Fórum Permanente de Mobilidade Urbana todas as sextas-feiras, às 15:00 horas, na FIEMTEC, quem quiser

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

participar, entrem em contato com o Deputado Nataniel de Jesus, que é um grande Parlamentar, de forma que possamos juntos começar a solucionar os problemas da nossa sociedade e atender os anseios da nossa população, até porque ninguém tem a fórmula mágica. Agora, juntos, conversando, debatendo, dialogando, criticando, aplaudindo, vaiando, nós vamos achar as alternativas de forma democrática e que venham realmente atender a nossa população, e neste caso particular, os nossos estudantes.

Então, agradeço e peço desculpas, me coloco à inteira disposição para tantos outros debates que forem necessários, quarta feira estarei aqui de volta para o debate na Audiência Pública sobre a Região Metropolitana.

Agradeço a atenção, a paciência e a compreensão de todos.

Deputado Nataniel de Jesus, em seu nome abraço a todos e parabênzo pelo belo gesto e pela grande Audiência Pública (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Queremos registrar também a presença do Sr. Eduardo Lucas, Vice-Presidente do Sindicato dos Taxistas, que muito nos honra com a sua presença.

Com a palavra, o Sr. João Ricardo Borges da Luz, que dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO RICARDO BORGES DA LUZ - Boa-tarde a todos!

Eu queria cumprimentar o Deputado por esta Audiência Pública, ainda mais nessa época que nós estamos com a discussão do transportes sendo alvo de várias reuniões para ver se acha algum entendimento e veio em boa hora esta Audiência Pública.

Eu queria, antes de iniciar a minha fala, colocar alguns dados para que a platéia e quem ainda está ausente desses assuntos, possa ter um pouco de conhecimento o que motivou tudo isso. No começo do ano, quando se deu início as aulas, o MTU sequer estava emitindo passe aos estudantes que já estavam em aula. Isso foi por uns quinze dias, onde os estudantes mesmo já estando em aula, ou não iam a escola, ou pagavam a passagem inteira.

Isso a MTU fez sem dar nenhuma satisfação o porque isso estava sendo feito. Eu, o Paulo e várias outras pessoas estivemos lá na SMTU várias vezes e ficou, amanhã vai ser resolvido, amanhã vai ser resolvido, e tal, e nisso passaram quinze dias de aula sem ter o passe. Em função disso a AME entrou com uma ação onde a Juíza da 9ª Vara nos concedeu uma liminar garantindo que os estudantes tivessem acesso ao passe. Aí, em função dessa ação, nós fomos tomar conhecimento que tinha outras ações já tramitando, que foram feitas pela MTU contra o município, de cobrança da dívida.

Já tinham três ações e nessas ações a MTU não só pedia o pagamento da dívida, como pedia que a Justiça determinasse o fim do passe livre ou a suspensão do passe livre até que fosse pago a quantia devida. Graças a Deus, a Justiça em nenhuma dessas ações deu a MTU o que ela quis.

Em uma dessas ações, inclusive, mesmo ela tendo entrado com pedido de liminar, *inaudita altera parte*, em que a MTU requeria que fosse dada uma liminar sem nem ouvir o município, o juiz abriu um espaço, um prazo, para que a Prefeitura se manifestasse em relação a esse assunto. Eu tenho aqui um trecho da decisão, em que o próprio juiz diz que “feito pela requerente MTU, no entanto o município, mesmo lhe sendo dado espaço, se quedou inerte”. Simplesmente passou o prazo e o município sequer respondeu ou recorreu sobre a decisão liminar.

Após isso começaram a sair algumas matérias na imprensa, dizendo que o passe livre ia ter fim e tal. Aí deu uma discussão grande, após uma audiência pública que foi realizada pela Câmara. Dessa audiência pública, foi instaurada hoje uma CPI no âmbito da Câmara de Cuiabá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu só estou colocando esses dados para que possamos ver que isso não é de hoje. Em função dessa discussão, começou-se a levantar... Não só a MTU como o próprio Poder público só falavam em relação à dívida que a Prefeitura tinha com as empresas de ônibus, relativa ao passe livre. Em momento nenhum era colocada a dívida que essas empresas de ônibus tinham com o Poder público, com o município. E aí várias reuniões foram feitas. Foi instaurado o fórum permanente a que o Secretário aqui se referiu. Inclusive na reunião que teve na sexta-feira, desse fórum, o Secretário de Finanças pôs lá um dado que, segundo a MTU, o município deve vinte seis vírgula alguma coisa milhões para as empresas. E foi colocado lá outro dado que as empresas devem vinte e sete milhões alguma coisa para o município.

Pois bem, essa dívida, como disse aqui o Sr. Emanuel Pinheiro, é referente ao ISS, ao IPTU e valor da outorga. Essa é uma dívida de 2002 para cá. Só que vale lembrar que Cuiabá nunca teve uma licitação do transporte coletivo, a não ser essa feita em 2003, onde permaneceram as mesmas empresas...

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Já encerrou o seu tempo.

O SR. JOÃO RICARDO BORGES DA LUZ - Eu queria pedir um tempo a mais, porque são alguns dados.

Como não há mais tempo eu só queria propor que esta Casa de Leis venha a fazer parte dessa discussão. Nós sabemos que com relação ao passe existe uma dívida que eu creio não seja essa dívida que aí está, e há vários fatos que mostram isso, mas está aí a CPI que estará investigando isso.

Eu queria propor, e seria bom que o Emanuel Pinheiro estivesse aqui, mas eu já disse isso na reunião de sexta-feira, que o Poder público, não só o Município, como o próprio Estado, venha criar formas de gerenciar o transporte coletivo. Hoje, todo esse gerenciamento está nas mãos das empresas de ônibus. Quem gerencia o transporte coletivo hoje não é o Poder público. Podem até dizer que é, mas não é. Quem gerencia hoje o transporte público é a MTU. Então, todos os dados postos hoje são fornecidos pela MTU. Eu não quero aqui dizer se os dados são certos ou não. Mas, com base em vários fatos, inclusive em relação a uma planilha onde vimos que nesse último aumento, em 2003, colocou-se um valor do diesel com preço de bomba... Eu nunca vi ônibus parando em posto. Colocou-se preço de pneus novos, como se fossem comprados aqui, sendo que essas empresas usam pneus recauchutados, comprados em grande quantidade. Então, eu não creio na idoneidade dessas empresas para gerenciar esses dados. Portanto, eu não creio que esses dados sejam reais. E o Poder público não tem nenhuma forma real e concreta de estar fiscalizando esses dados. Mediante isso, proponho que o Poder público não só passe a gerenciar todas as gratuidades, como confeccionar o valor da planilha.

Eu queria, só para finalizar, porque teve alguém que disse aqui que o município tem que ter uma empresa de ônibus para saber qual é o valor real da planilha. Em 2001, quando estávamos na luta pelo passe livre, tivemos uma notícia de que no Rio o Governo havia decretado a redução do valor da passagem. Isso em 2001. Isso se deu porque lá o Governo tem uma empresa chamada CTN, ou CTC, não me lembro bem, que é uma empresa pública de transporte e em função disso o Governo sabe qual é o real valor da passagem, coisa que aqui não temos infelizmente. Então, até endosso o que foi dito aqui, não só o município, como o próprio Estado, tem que começar a pensar em ter o controle disso.

Para finalizar a minha fala, eu queria dizer que o Governador do nosso Estado disse que os estudantes têm que ir para a escola a pé. Eu queria dizer que a Assembléia tem que se envolver nisso. Se hoje os estudantes precisam de passe livre para ter acesso às escolas é porque o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

Estado não oferece escolas perto dos bairros. Todo mundo aqui sabe que as escolas dos bairros são escolas municipais e que só vão até a 8ª série, só oferecem o ensino básico e o ensino médio está centralizado aqui no Centro e mesmo nas escolas de bairro, em regiões centralizadas.

Então, se você tira hoje o passe livre, esses estudantes que moram nos bairros não terão acesso ao ensino médio. Então, se o Governo acha que não tem que ter o passe livre, que construa escolas nos bairros, porque aí realmente não vai ter a necessidade do passe livre. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Isso mesmo. Se não tem condição de dar o passe livre, então, que se construa escolas na esquina da nossa casa.

Com a palavra, o Sr. Paulo Rogério Melo Menezes, que dispõe de 5 minutos.

O SR. PAULO ROGÉRIO MELO MENEZES - Primeiramente, boa-tarde à Mesa, quase boa noite, na pessoa do Deputado Nataniel de Jesus; e boa-tarde a todos os presentes nesta Audiência.

O João Ricardo bem discriminou, claro que sucintamente, até pelo tempo que lhe foi disposto, qual foi todo o processo que veio a desencadear na Audiência Pública de hoje. Ou seja, essa discussão acerca do passe livre, do transporte, sistema de transporte coletivo, e, muitas coisas, que todos aqui já têm conhecimento.

Primeiramente, antes de alegar um sentimento de inversão de valores, eu estou um pouquinho embaralhado aqui, porque eu tinha me preparado para falar, pelo menos uns dez a doze minutos. Tem bastante material, mas vou tentar sintetizar as idéias.

Que bom fosse se a discussão acerca do Legislativo Municipal, que desde já eu parabeno pelas atitudes, pelos atos que tem tomado até o presente momento, que também eu parabeno de, pelo menos, ter vindo trazer a discussão à sociedade e o Legislativo em nível estadual que assim já se fez dentro do que eu quero expor.

Que bom se estivéssemos aqui sentado discutindo por que as empresas não respeitam as previsões constantes no edital, que são muitas, não são poucas, são várias mesmo.

Que bom se fosse, no primeiro momento, antes do atual prefeito, do Poder Executivo Municipal, viesse a se preocupar com adimplemento da dívida perante os donos de empresa, viesse a se preocupar com informações com as quais são contidas no voto em separado, no caso da CPI do BANESTADO, que foram proferidas, prolatadas pelo então Senador Antero Paes de Barros, onde diz haver sérios indícios de monopólio, de evasão de divisas das empresas de transporte coletivo de Cuiabá. Ou seja, que bom se fosse respeitado, primeiramente, o interesse público frente ao interesse privado, que é a base do nosso ordenamento jurídico. A base de um estado democrático de direito.

Que bom se tivéssemos um país a qual a nossa Constituição dita. Mas acredito e acredito que todos vocês também acreditam que temos condições para tal, se não acredito que todos nós poderíamos já ter mudado de País.

Entrarei com um pouco mais de afinco nas proposições, inclusive quero encaminhar algumas propostas para esta Mesa.

Como foi dito, o problema existe, vindo de muito tempo. Mas foi muito bem colocado tanto pelo atual Secretário de Finanças como pelo do ano passado, que a dívida existe. Porém, os donos de empresas devem mais erário público do que nós a eles. Quando digo nós, é porque a prefeitura, apesar de ter um representante, ela é feita por nós cidadãos. Na verdade, a pessoa que está lá não é o nosso patrão, e, sim, um agente político, agente público que preenche um cargo eletivo e que é um funcionário público também.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, a nossa dívida com as empresas de ônibus é menor do que a deles para conosco. Nós temos que, neste momento, priorizar o que vai ser daqui para frente. É correto! Acho certo também. Existe um problema, e tem que ser resolvido. É um direito adquirido, é um direito social. E vai permanecer como tal. Ninguém terá essa força de reverter esse direito, mas temos que destrinchá-lo todo.

Existem duas teorias acerca da responsabilidade de quem é o pai da criança, como aqui foi dito. A primeira é a responsabilidade solitária, ou seja, por ser uma concessão pública municipal, essa responsabilidade deve ser da Prefeitura Municipal, por se tratar de assuntos pertinentes ao município. Inclusive, nesse momento, não deixa de cobrar a responsabilidade, como foi bem colocado pelo Vereador Walter Rabelo nessa mesa, de que houve uma promessa de campanha, inclusive, para a minha pessoa, num debate que ocorreu na UNIC, entre todos os candidatos, à época, a Prefeito na última eleição, quando o ex-candidato a Prefeito Totó Parente, do PMDB, perguntou ao Sr. Wilson Santos, ele falou: “Sr. Candidato, em suas propostas não existe uma linha sequer falando sobre o passe livre, qual é o seu posicionamento sobre ele?” Ele foi bastante enfático quando disse que ele manteria o passe livre, ou seja, existe essa proposta.

Eu quero pedir só um minuto a mais para ler um trecho que achei muito interessante que foi dito por Paulo Freire, um dos maiores educadores que já existiu em nosso país: “Assumir compromisso é a única maneira de assumir a si mesmo, de não se negar enquanto homem. E o compromisso verdadeiro é o compromisso com os destinos do país e com o povo brasileiro. Fugir da concretização desse compromisso é negar o projeto nacional”. Ou seja, houve um compromisso e ele tem que ser respeitado. E nós não temos que pedir favor, temos que exigir!

A segunda teoria, que é a teoria da responsabilidade concorrente, ou seja, cada ente federativo tem a responsabilidade com a sua parcela. O município teria com o estudante da serra do Ensino Fundamental, o Estado com o nível secundarista e a União com as universidades.

Eu, particularmente, defendo o primeiro posicionamento. Só que esse segundo aí é legal, é justo, existe inclusive a previsão constitucional, quando a Constituição Federal, no art. 205 ao art. 211 prevê que existe, sim, essa solidariedade entre os três entes, que os três entes têm que subsidiar esse acesso à educação, a permanência na educação, o que quer que seja, mas tem que subsidiar a educação do país, porque é dada prioridade pela Constituição da República. Não só a Constituição Federal da República quanto a Constituição Estadual de Mato Grosso, que também diz: Art. 237: “O Estado e os municípios organizarão o seu sistema de ensino de modo articulado em colaboração, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana ao seu preparo para o exercício da cidadania, com base nos seguintes princípios”. E depois vem, a dignidade humana e tantos outros mais. O que você prevê dessas previsões? É o que já dizia Rudolf Von Jhering: “O sentido da lei, a interpretação deve ser feita teologicamente, ou seja, não gramaticalmente, o que se quer alcançar com essa lei. E o que se quer alcançar com essa lei? A educação de todos os munícipes, de todas as pessoas que compõem o Estado e a União, ou seja, de qualquer maneira que seja.”

Só para dar exemplos porque essa vai ser a minha proposta, que sejamos perante o Governo Estadual fazendo essa reivindicação se existir, realmente, a necessidade dele vir ajudar, antes desse encaminhamento, eu gostaria que se a Assembléia visse que há necessidade, que fosse instalado aqui, de repente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito também para aprimorar o que acontece no sistema de transporte coletivo do conglomerado urbano. Uma vez que, com certeza absoluta, muitos documentos dos quais eu faço parte, o João Carlos tem, tem o dossiê da Federal que o próprio Roni que está ali, que eles confeccionaram, ficou muito bom, diga-se de passagem, existem muitos subsídios para que tal seja criada. Até para averiguar se existe a necessidade ou não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

do Estado ajudar porque, de repente, vai que num estudo mais aprofundado vejamos que as próprias empresas através dos seus lucros têm condições de subsidiar.

Afinal, a de responsabilidade dita pela Constituição é dos cidadãos do Estado. E essas empresas, elas têm tanto caráter de cidadão porque o dono a empresa não deixa de ser cidadão, como ele oferece um serviço que é feito através de uma concessão pública, então, ele tem as duas responsabilidades. Se ele puder ajudar, ele tem que ajudar também. Se não houver possibilidade dele ajudar, pois bem, vamos até quem possa ajudar e existe essa legitimidade.

Eu só vou dar dois exemplos para mostrar que é viável: aqui no nosso estado vizinho, no Estado de Goiás, existe a Lei nº 5.856, de 07 de outubro de 2003, onde ela prevê:

“Art. 1º Esta lei dispõe sobre a execução direta ou indireta do transporte de alunos da rede estadual da rede de ensino de responsabilidade do Estado de Goiás.

Parágrafo único Desde que haja sentimento do respectivo prefeito municipal, a execução indireta do transporte dos alunos da rede estadual de ensino será realizada pelo município no qual reside o aluno...”... O que seria isso? O art. 3º explica.

...“...Art. 3º Pela execução indireta de que trata o art. 1º, parágrafo único, os municípios receberão dez transferências financeiras mensais em valores definidos pela quantidade de alunos transportados, segundo os critérios estabelecidos nesta lei em seu regulamento.”

Pois bem, a lei a qual se referiu o Secretário Municipal Emanuel Pinheiro, - do Rio de Janeiro, da Rosinha - se refere ao que está sendo discutido aqui conglomerado urbano porque é passagem intermunicipal, foi essa que ela concedeu lá, a gratuidade na passagem intermunicipal dos estudantes, da sua casa ao estabelecimento de ensino, ou seja, o estudante pode ir de Cuiabá para Várzea Grande, de Várzea Grande para Cuiabá.

Agora, por fim, para terminar, até como um anota de repúdio contra esse posicionamento do Governador, do Poder Executivo do Estado de dar uma resposta por pronto, não querer abrir a discussão no sentido de que? Como foi bem colocado aqui, o Orçamento do Estado para o ano que vem estaria em torno de mais de seis bilhões de reais. A Constituição prevê que pelo menos 25% desse montante tem que ser destinado à Educação, ou seja, um bilhão e trezentos milhões de reais. Você sabe o que é isso? Um bilhão e quatrocentos milhões de reais mais o orçamento do município! Será que com todo esse dinheiro não dá para ajudar um pouquinho o sistema de transporte coletivo? Será que nós temos de estar constatando ventiladores caindo na cabeça de crianças em escolas estaduais? Será que não tem como distribuir um pouco melhor a essas escolas do município? Onde está sendo aplicado esse um bilhão e quatrocentos milhões de reais? Sei lá que montante é na Educação.

Eu gostaria que a Assembléia Legislativa nos disponibilizasse isso, até pelo direito de cidadãos, porque temos de ter conhecimento. Onde está sendo aplicado? E é até uma proposta para uma nova CPI, para averiguar isso, porque eu, sinceramente, não vejo um milhão sequer ser aplicado aqui no nosso Município de Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Sr. Rogério nós temos outros inscritos...

O SR. PAULO ROGÉRIO MELO MENEZES - Terminei já. Muito obrigado pelo posicionamento. Obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Nós temos ainda inscrita a Sr<sup>a</sup> Marlei de Oliveira Carvalho.

A SR<sup>a</sup> MARLEI DE OLIVEIRA CARVALHO - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Nataniel de Jesus.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Quero, primeiro, falar de uma indignação. A primeira indignação é a seguinte, Sr. Deputado: primeiro falaram as autoridades, e todas falaram o tanto que quiseram; agora, quando são as entidades organizadas a falar, ficam batendo o sino. Se continuarmos sofrendo essa discriminação, eu também recuso-me a falar. A pessoa nem tem tempo de falar o que está acontecendo, nós que estamos convivendo com o problema (PALMAS).

A segunda indignação que eu quero falar, com a qual eu fico, assim, até emocionada é que, quando vai se tratar de aglomerado urbano e não vem nenhum representante do Estado, isso é o cúmulo, isso é o cúmulo do absurdo! E eu quero falar, embora já não esteja mais aqui, que o aglomerado urbano já foi desde 1988. O Secretário falou, aplaudindo ainda, que não poderia nascer torto. Ele está morrendo já torto, porque como que um projeto de lei desses está lá há tantos anos, e não fazem nada? Eu quero falar aqui... Vou simplificar para ela não ficar batendo sininho no meu ouvido, porque todo mundo já falou. Não vou ser redundante. Sou a favor do passe do estudante. Há dois anos, nós da Associação levamos uma proposta para o Secretário da SMTU para se discutir numa audiência, numa conferência pública a questão da gratuidade, em que a associação votaria exatamente isso: gratuidade. Quem Paga? Que era para discutirmos e buscarmos naquela época, com o Governador do Estado, com quem quer que seja, as responsabilidades da gratuidade para os estudantes, para que não acontecesse o que está acontecendo hoje.

Agora, é o seguinte: a lei está aí. Tem que estar jogando para um porque é dívida daqui, é dívida dali. O estudante não quer saber disso. Eu acho o seguinte: O Prefeito que foi eleito sabia das dívidas. Ele sabia da responsabilidade que ele tinha com o passe estudante. E por que agora... Ah... Nós não queremos saber disso. O estudante não precisa saber disso. Eu acho que a discussão é daqui para frente, mas ele tem que assumir a sua responsabilidade como Poder Público que é.

Eu quero falar outra coisa, fazer uma sugestão. Quando for essa Comissão, embora eu tenha dito no Fórum que foi criado que quando foram falar com o Governador, simplesmente, deixaram as entidades de fora, eu acho que - uma sugestão para Vossa Excelência, Deputado, e gostaria de parabenizá-lo por esta Audiência Pública - deve-se incluir as entidades representativas da sociedade para compor e ouvir do Governador, de todas as autoridades responsáveis pelo assunto.

Eu vou falar da planilha. Quanto à planilha de custo nós temos que atentar para isso agora, porque toda vez que vão aumentar... Está ali o nosso Diretor Técnico, Dr. Jean. Da época, em 2003, que nós fizemos a planilha, ela está superfaturada e manipulada. Manipulada visivelmente para qualquer leigo. Ela está manipulada. E a sociedade não agüenta mais. Na época, o Jean, que é nosso Consultor Técnico, fez uma planilha, que era R\$1,20 a passagem e naquela época ficaria em R\$1,20 também. Era o preço justo. Quer dizer, hoje conforme estão dizendo, como João Ricardo falou, os pneus, o sistema alternativo de transporte não faz parte da planilha, não pode entrar, não faz parte. Quer dizer, é pelo menos 30%. Outra coisa que nós temos que estar sempre atentos: acabou a gratuidade dos militares, dos clubes de mães, eu quero ver se vão inserir na planilha. Nós temos que estar atentos para cobrarmos isso, Deputado. Porque, senão, será outra manipulação.

Eu fico feliz porque estou vendo que estão abrindo discussões, mas eu quero saber se é realmente claro com a população, porque a população não agüenta mais.

Uma sugestão para o Aglomerado Urbano - eu acho que as duas cidades são irmãs, sim - é que seja criada uma entidade, um órgão, que resolva esses problemas de fato, não como o Aglomerado Urbano, mas um órgão que resolva pelo menos os problemas, porque o maior problema lá nas Câmaras Setoriais é a questão do transporte coletivo. A questão do transporte coletivo é a qualidade no transporte, como a superlotação no horário de pico. Quando vamos falar com os

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

empresários, tudo o que se fala para os empresários, e eu não sei porque, mas todos os Prefeitos que ali estão são todos do lado dos empresários. Por quê? Se aumentar mais ônibus no horário de pico, aumenta a passagem. Se colocar ônibus com ar-condicionado, vai aumentar a passagem. Se reduzir a carga horária dos motoristas, que estão aí com a maior dificuldade, que sabemos, com problemas de saúde, vai aumentar o preço da passagem.

É uma inverdade tão grande que se eles estão para receber 26 milhões de passe gratuito e não fez falta até agora, então, eles estão ganhando muito dinheiro. Então, é um absurdo, um contra-senso, falar que estão quebrados e estão para receber 26 milhões.

E outra, se é passado, o Prefeito que resolva isso com o passado, que pague a dívida ou não pague. Daqui para frente ele vai ter que assumir. Vamos negociar, sim, com o Governador do Estado, com o Presidente da República e com todo mundo, para que cada um assuma a sua responsabilidade, mas, por enquanto, quem tem que pagar é a Prefeitura. Era isso o que eu queria falar. Muito obrigada a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Está certo, sim, Marlene. É isso mesmo. O que nós queremos é cada um com sua responsabilidade e dar condição e a garantia do passe livre.

Com a palavra, o Sr. Justo José Antônio (AUSENTE).

Nós não temos mais orador... Temos mais orador. O senhor dispõe de três minutos, de acordo com o Regimento Interno. Por favor, o senhor identifique-se, dê o seu nome.

O SR. ADALBERTO FERREIRA - Sou Adalberto Ferreira.

Três minutos é complicado, mas vamos dar uma acelerada.

Já foram levantados aspectos muito importantes aqui e nós queremos levantar rapidamente outros, para acrescentar. Primeiro, o aumento da passagem, nós fizemos alguns cálculos, com base em dados do programa do Prefeito eleito, com número de passageiros que diariamente utilizam o transporte coletivo urbano em Cuiabá e mais o corte de 24 mil estudantes das escolas particulares, que são equivalentes a 37%, que o Secretário Municipal falou aqui. Isso implicaria numa arrecadação a mais para os transportadores de cerca de 60 milhões de reais por ano. Isso para uma cidade como Cuiabá, cuja renda familiar, não é per capita, chega a 2,5 salários mínimos.

Outro dia lemos uma matéria no jornal *A Gazeta*, assinada pelo Prefeito de Santo Antônio, Sr. Faustino, em que ele diz que na sua cidade tem, segundo o IBGE, 150 mil pessoas na linha abaixo da pobreza. Linha abaixo da pobreza é eufemismo. Na verdade, quem não é pobre é miserável, não tem nem o que comer, não tem calçado, não tem nada. Então, a nossa população é uma população extremamente pobre, a população cuiabana. É uma cidade que foi formada por monções, favelas, etc, etc. Então, a cidade não suportaria uma carga dessa. Sem contar o arrocho salarial, o desemprego, que atinge a nossa cidade.

Esses empresários sempre fizeram o que bem entenderam em Cuiabá. Eu sou cuiabano, cuiabano dessa rua ali, atrás da UNIMED, de chapa e cruz. E aqui, pela primeira vez, teve uma concorrência pública, viciada, por sinal, no ano 2003, como disse João Ricardo. Eles passaram mais de trinta anos sem pagar um centavo de imposto, enquanto que um trabalhador que ganha míseros R\$150,00 e alguma coisa é obrigado a recolher Imposto de Renda. Empresa de transporte, que explora uma área no setor da economia que é a galinha dos ovos de ouro do município, não paga impostos. Quer dizer, isso aí não dá nem para comentar.

A Prefeitura, por exemplo, quando o Prefeito assumiu, publicou uma série de dados sobre a situação da Prefeitura. A Prefeitura tem uma dívida fundada de 360 milhões de reais, pagando 9% de juros ao ano. É um absurdo o que a Prefeitura recolhe aos bancos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, discute-se um monte de coisa. E toda vez que se discute, eu fico até preocupado com o Deputado aqui, o Valter fez uma referência a isso, toda vez que é para discutir algo que é para o povo, é uma complicação enorme. Precisamos discutir, precisamos ver, fica esse jogo de empurra, não é a Prefeitura, é do Governo Federal, é do Município, e não assume o essencial, que é exatamente a obrigação do Estado com a educação, com a formação da juventude, com o papel que essa juventude representa no futuro do nosso país. Isso é o que interessa, porque a juventude não é um mero número de estatística. Nós não somos número de estatística que está ali friamente. E que compromisso tem o estadista, o governante com esse povo, com essa juventude? Nenhum? É de dizer que o Estado não pode e fica por isso mesmo? Que se dane o povo, que se dane a juventude? Ora, que Governo é esse? O povo já está de saco cheio! Nós não agüentamos mais governante que é de elite, que faz para a elite, para uma minoria (PALMAS).

Eu vou deixar aqui só um recado. Eu gostaria de falar muito mais coisas. Já falei numa audiência pública lá na Câmara: se quiser mexer com passe livre, não ficará pedra sobre pedra nesta cidade! Nós vamos encarar o prefeito, o papa, o rei, seja quem for! A juventude irá às ruas e irá mostrar a sua força! Que tentem tirar e verão! (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Eu pensei que chegaríamos ao final desta Audiência Pública com sono, mas vemos que as pessoas que ficaram estão realmente preocupadas, assim também como as outras que tiveram que ir, por causa de compromissos...

O SR. JOÃO RICARDO BORGES DA LUZ - Deputado, eu queria só dizer uma coisa. Se esta Audiência não está cheia, não está lotada, é mais uma prova de incompetência desse atual Governo, porque as escolas estão em greve e aí às vezes o estudante nem sabe que está tendo isso aqui!

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Nós fizemos panfletos, nós fizemos alguns movimentos. Mobilização teve. Agora, por falta de passe... Não dá também para ficarmos dando passe livre para todo mundo! Eu não tenho condição!

Agora, nós fizemos mobilização. Está aqui! Foi feito! Foram distribuídos folhetos, etc, chamadas da Assembléia na televisão...

O Deputado Clóvis Roberto quer se pronunciar?

O SR. CLÓVIS ROBERTO - Apenas quero me solidarizar! E vamos à luta! Eu acho que a conquista do passe livre foi uma conquista de todos os estudantes. Nós participamos, à época, com o João, o Totó, o pessoal todo, abrindo espaço dentro do veículo que trabalhamos e vamos continuar abrindo e cobrando. Aliás, eu fui o primeiro jornalista aqui este ano a ter, a sentir e pressentir que toda essa mobilização aqui em Cuiabá, na questão do transporte coletivo, é para pedir aumento de preço de passagem. E isso nós não podemos permitir em absoluto! É uma coisa inegociável! O preço dessa passagem é alto.

Vejam vocês, São Paulo é o preço mais caro do país, dois reais. Em São Paulo, para você tomar um ônibus, você anda quantos quilômetros? 60, 70, 80 quilômetros! Aqui você não anda 80 quilômetros!

Uma questão que tem que se levar, Deputado Nataniel de Jesus, para a discussão com os empresários é que a maioria dos trabalhadores que tomam ônibus aqui é para cinco, seis ou dez minutos, no máximo. A não ser aquele que vai lá para o Pedra 90, mas o restante, o grosso desse pessoal que vai daqui para o CPA são quinze ou vinte minutos.

Sete quilômetros é a distância média. Em São Paulo, não, são oitenta quilômetros, setenta quilômetros, é uma hora e quarenta minutos rodando no ônibus, em São Paulo. Uma hora e quarenta minutos rodando num ônibus! Não é fácil, não.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, essa é a questão que tem que se discutir aqui, companheira. A questão da planilha, essa planilha tem que ser discutida e rediscutida, vem-se roubando o trabalhador em Cuiabá há muito tempo. Eu mesmo denunciei o caso, por exemplo, botar em carteira, setecentos e cinqüenta reais de salário para o motorista, Deputado Nataniel de Jesus, no entanto, eles pagavam quinhentos. Botavam lá, cobrador, quatrocentos e cinqüenta, pagava trezentos. Além de fazer cobranças indevidas, quer dizer, o cobrador tem que pagar o objeto do assalto, o combustível da bomba, quer dizer, tudo isso, Cuiabá tem que rediscutir o sistema de transporte coletivo, a verdade nua e crua é essa.

E o poder público, foi dito aqui, eu gostei de quem disse: O poder público tem que assumir o gerenciamento do transporte coletivo em Cuiabá, sob pena de continuarmos assistindo e presenciando, infelizmente, essa mazela.

Eu vim aqui justamente para dizer isso. Nessa minha interinidade de quatro meses, conte comigo, Deputado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Obrigado, Deputado Clóvis Roberto, é como Vossa Excelência diz lá no seu Programa: “Cadeia Neles.”

Eu quero dizer para os estudantes, assim como os professores fazem paralisações, manifestações, eles sempre conseguem, é um direito que eles têm de paralisarem, de alcançar o objetivo deles. Nós estudantes, eu também sou estudante, a gente não pára nunca, nós também temos que nos mobilizar. Mobilizar, vamos tentar nossa cara, vamos cobrar do Governo Municipal, do Governo Estadual, vamos fazer o nosso barulho.

Agora, perder o passe livre, isso seria uma vergonha. Seria uma vergonha para toda classe, seria uma vergonha para Cuiabá, seria uma vergonha para todos nós. Depois de ter conquistado esse espaço através de uma lei, nós perdermos este espaço.

Enquanto os estudantes, como um bilhete que deixaram aqui, dizendo da importância do passe livre, muitas vezes deixam de comprar um livro porque tem que gastar na passagem. Então, o aluno, coitado, ele já se aperta daqui e dali, não tem condições nenhuma de pagar uma passagem. Mas sabe que é preciso estudar. Os jovens sabem que é preciso estudar, que é a saída para a vida dele, a solução para a vida dele é estudar. Agora, a obrigação do Estado é dar condições para que os nossos jovens possam estudar. Se não tem condições de construir em cada bairro uma escola, então, que dê a condição, ou melhor, a condução, a condução.

Então, fica aqui a nossa fala também de indignação e de solidariedade não somente como estudante, mas como povo, como sociedade, de um modo geral que eu sou, contra, sou contrário o aumento da passagem. É um absurdo, andar sete quilômetros e pagar pelo preço de quem anda sessenta.

As condições dos ônibus é uma outra questão também a se discutir, gostaríamos de fazer um fórum, gostaríamos de ficar aqui uma semana discutindo, teríamos muita coisa para se discutir. Pena que outros representantes não comparecem, mas a nossa fala, pode ter certeza, será ouvida, vai ecoar, não vai voltar vazia. E como diz na bíblia, mais uma vez quero fazer uma referência que diz que a palavra de Deus nunca volta vazia. A nossa palavra, por ser justa, o nosso grito, por ser justo, não vai voltar vazio. Vai fazer eco, mas vai acompanhar, acompanhado de resposta. A resposta que a sociedade quer.

Quando chegar as eleições, eu sou uma pessoa, um Deputado que vem aplaudindo, que vem aqui apoiando pelo meu partido o Governador. E acho que nós temos que dar credibilidade, mas chega um determinado momento que a sociedade vem sofrendo e nada se resolve. Nós já estamos no terceiro ano do mandato, então, queremos resposta. Governador não pode simplesmente, com todo respeito, carinho que eu tenho por ele, não pode simplesmente dizer que o aluno tem que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS**  
**MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE**  
**2005, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ir a pé para a escola. Nas eleições isso será lembrado. Que Deus abençoe a todos vocês. Nós vamos fazer encaminhamento, eu conto com o Deputado Clóvis Roberto como também com o Deputado Sérgio Ricardo, que esteve aqui, com os vereadores Francisco Vuolo, Domingos Sávio e Walter Rabelo.

E quero também que vocês estejam conosco nessa Comissão. Nós vamos fazer dois encaminhamentos. Vamos cobrar. Nós não aceitamos o aumento dessa passagem e não aceitamos também a retirada do passe livre.

Por questões técnicas, não executamos o Hino Nacional no início da Audiência Pública e nem vamos tocar o Hino do Estado de Mato Grosso agora, no encerramento.

Eu gostaria de fazer uma oração em homenagem àquelas pessoas, para lembrarmos daquelas pessoas que sofreram ontem. Quantas famílias estão hoje chorando, muitas chorando a perda de seus familiares, entes queridos, outras estão em hospitais. Só Deus sabe como elas estão.

Gostaria que todos se colocassem em pé para fazermos uma oração.

E gostaria de fazer a oração do Pai Nosso, que todos conhecem. Eu gostaria que fizéssemos essa oração de mãos dadas para que Deus possa proteger as famílias, que Deus possa ajudar aqueles que sofreram esse grande impacto na noite de sábado, na FEICOVAG.

E que Deus possa abençoar também os encaminhamentos desta Audiência Pública, que não fique no vazio, que ela traga resposta.

No mais, ao final desta oração, que Deus abençoe a todos vocês. Muito obrigado pela atenção, pela participação ativa até o final. Como disse o nosso colega, ele foi firme até o final. Uma Audiência Pública que foi até às 17:00 horas, era para muita gente ter ido embora, era para ter terminado por volta das 15:00, 16:00 horas, mas nós ficamos aqui porque esse assunto é delicado e diz respeito a todos nós.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(NESTE MOMENTO É FEITA A ORAÇÃO PAI NOSSO).

O SR. PRESIDENTE (NATANIEL DE JESUS) - Meu Deus, guarda aquelas famílias e consola o coração daqueles que perderam seus entes queridos e aqueles que estão nos hospitais ainda em tratamento, que o Senhor possa afofar o leito deles, restaurá-los e recuperá-los o mais rápido possível.

No mais, abençoe todos esses que estão aqui comigo e traga, meu Deus, resposta para esta audiência, porque nós não queremos mentes vazias, queremos ser ouvidos. Amém. Graças a Deus. Que Deus abençoe a todos.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
- Revisão:
  - Nilzalina Couto Marques;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TRANSPORTE COLETIVO DOS  
MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE  
2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.